



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

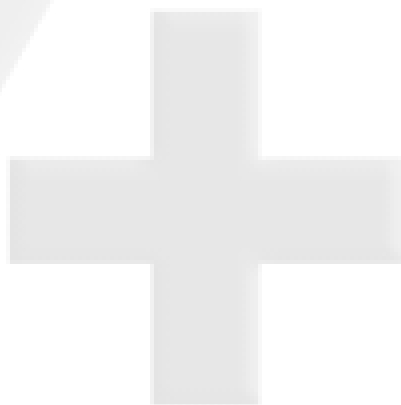
Unidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA

Município: UBERABA/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	5
V - CONSTATAÇÕES	6
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	29
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	30
VIII - CONCLUSÃO	31
X - ANEXOS	32





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Programada Eixo Covid 19

Entidade Responsável: FUNDOMUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA

CPF/CNPJ: 13.809.927/0001-19

Município/UF: UBERABA-MG

Unidade Visitada: FUNDOMUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA

CPF/CNPJ: 13.809.927/0001-19

Município/UF: UBERABA/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Gestão

Abrangência: 01/03/2020 a 31/08/2021

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	25/06/2021	04/10/2021
Execução - In loco	05/10/2021	08/10/2021
Relatório	11/10/2021	30/10/2021

Tarefa Nº: 131514

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

III - INTRODUÇÃO

1. Fator Desencadeante:

Auditoria Programada do Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria – CEA/SUS-MG - Exercício de 2021, com foco na verificação da adequação do recebimento e/ou da execução dos recursos, bem como nas ações e serviços prestados aos usuários do SUS no enfrentamento da COVID-19.

2. Objetivo e Escopo:

Realizar Auditoria Programada na Secretaria Municipal de Saúde de Uberaba, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações



financeiras e o acompanhamento, pela SMS, do Hospital Regional José Alencar quanto às ações assistenciais realizadas pela respectiva unidade no enfrentamento da COVID-19, no período de março/2020 a agosto/2021.

3. Caracterização do Objeto de Auditoria:

Uberaba é o município polo da Macrorregião de Saúde Triângulo do Sul e sede da microrregião de Uberaba. É referência assistencial para outros 8 municípios desta microrregião. É referência assistencial para 27 municípios da macrorregião do Triângulo Sul. Está sob jurisdição da Superintendência Regional de Saúde de Uberaba. Possui população estimada de 340.277 habitantes (estimativa IBGE 2021). É habilitado em gestão plena dos seus prestadores desde 1998.

A unidade hospitalar visitada no município de Uberaba foi o Hospital Regional José Alencar. Está cadastrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) sob o número 9141839. No cadastro não consta número de CNPJ próprio. Consta o CNPJ nº 18.428.839/0001-90 como sendo da mantenedora que é da Prefeitura Municipal de Uberaba (matriz). É um hospital geral, que atende média e alta complexidade e que conforme CNES, competência 10/2021, módulo hospitalar, dispunha de 55 leitos de clínica geral, 21 leitos de cirurgia geral, 50 leitos de UTI adulto (10 leitos UTI ADULTO - TIPO II cód. 75 e 40 leitos UTI II ADULTO-SINDROME RESP. AGUDA GRAVE (SRAG)-COVID-19 – cód. 51) além de 15 leitos de SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - COVID-19 – cód. 96. Possui acreditação ONA emitida em 26/07/2021. Conforme Plano de Contingência da Macrorregião Triângulo do Sul, disponível em https://coronavirus.saude.mg.gov.br/images/anexos/plano-contingencia/30-07_Plano-de-Contingencia_Triangulo-do-Sul.pdf, o hospital ficou como 1ª referência em atendimento à Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) para a microrregião de Uberaba e Frutal/Iturama dispondo de leitos clínicos e de UTI para atendimento ao COVID-19. Na página 26 consta que a instituição disponibilizou 56 leitos clínicos e 10 leitos de UTI, com possível ampliação de até 66 leitos clínicos e 52 leitos de UTI. No período de abrangência desta auditoria (03/2020 a 10/2021), o hospital disponibilizou leitos clínicos, de suporte ventilatório e de UTI adulto para enfrentamento ao COVID-19, conforme descrito no anexo na Tabela 02 - Histórico do Plano de Contingência do Hospital Regional José Alencar. Conforme VIII aditivo aos Termos de Convênios (TC) nºs 231/2017 e 232/2017, vigente de 10/07/2020 à 05/11/2020, que alterou o Documento Descritivo do instrumento, as metas passaram a contemplar a assistência prestada ao COVID-19. No Ofício nº 076/2020, do HRJA de 08/07/2020, o hospital informou sobre o início das fases de ampliação em virtude do atendimento aos pacientes de COVID-19, no qual alterou valores relativos ao custeio das fases e informando que a ampliação ocorreria a partir de 10/07/2020.

Possui Termos de Convênios (TC) nºs 231/2017 e 232/2017 celebrados pela Prefeitura Municipal de Uberaba, com interveniência da Secretaria Municipal de Saúde de Uberaba – concedente - SMS, com a Sociedade Educacional Uberabense (SEU) – conveniente - SEU e com a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba (FUNEPU) – conveniente – FUNEPU tendo como objeto “... o gerenciamento e execução plenos de atividades, ações e serviços de saúde no Hospital Regional José Alencar ...”. Portanto a gestão da unidade é compartilhada entre as 02 (duas) instituições deste sua criação, em 2017. De forma geral, a SEU ficou responsável pela parte administrativa e pelos profissionais técnicos - administrativos da unidade e a FUNEPU pelo corpo clínico. A execução do recurso financeiro previsto no instrumento jurídico se deu na forma de pagamentos mensais por competência, a cada conveniente, considerando as etapas de implantação/ampliação da unidade hospitalar pactuados nos Termos de Convênios ora celebrados.

Com relação aos Aditivos ao convênios nº 231/2017 e 232/2017 que tratam de ações e recursos para enfrentamento à COVID, tem-se que: No dia 01/07/2020, foi solicitado a celebração de aditivos com vistas a proceder a adequação do perfil assistencial do HRJA como referência ao combate a COVID-19, alterando seu respectivo Plano de trabalho, no qual constava a grosso modo a expansão das atividades a serem realizadas em 6 etapas, com estimativa de gasto de R\$ 4.896.875,11.

Com parecer da Procuradoria do Município, sugerindo a suspensão temporária dos serviços constantes no Plano Operativo dos termos de Convênio nºs 231 e 232, e a utilização de um plano específico de combate a COVID enquanto durar o período pandêmico, com retorno do Plano de Trabalho original após este período, com indicação de dotações orçamentárias na rubrica fontes de custeio, houve a celebração do VII Aditivo, cujo objeto era a substituição do Plano de Trabalho por um específico ao combate a COVID-19, condicionando os repasses de recursos financeiros as fase efetivamente abertas na UTI adulto e clínica médica assinado em 29/09/2020 com vigência até 31/12/2020. Em 06/11/2021 foi celebrado o Aditivo IX, contemplando a possibilidade de retorno das cirurgias eletivas, emissão de notas fiscais distintas (COVID e não COVID).

O XI Aditivo assinado em 23/03/2021, convalidou os atos praticados a partir de 22/01/2021, modificou o perfil assistencial do Hospital para exclusivamente COVID, bem como autorizou o uso do CEMDHI, para realização de exames de imagem e atendimento ambulatorial pré-operatório.

O XII Aditivo prorrogou a vigência do Documento Descritivo anexo ao XI Aditivo até o dia 17/08/2021.

O XIII Aditivo, assinado em 21/07/2021, tem como objetivo o cumprimento das determinações contidas na Portaria GM/MS nº 2624 de 28/09/2020 e na Resolução SES/MG nº 7.461 de 31/03/2021.



Em 28/07/2017, por meio do Decreto Nº 830, foi instituído o Conselho Gestor (CG) pelo prefeito, secretário municipal de saúde e procurador geral, que é o "... o Organismo Máximo Deliberativo e Permanente responsável pelas questões acadêmica, administrativa, financeira, operacional, de assistência à saúde pública e, fundamentalmente, de Gestão Plena do Hospital ...", composto por 8 integrantes, a saber: Secretário Municipal de Saúde de Uberaba – Presidente do Conselho Gestor; 01 (um) representante da Superintendência Regional de Saúde – SES; 01 (um) representante do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – Triângulo Sul – COSEMS; 01 (um) representante da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM; 01 (um) representante do Hospital de Clínicas – UFTM; 01 (um) representante da Universidade de Uberaba – UNIUBE; 01 (um) representante do Hospital Mário Palmério e 01 (um) representante do Conselho Municipal de Saúde de Uberaba - CMS. O CG teve seu regimento interno aprovado pelo Decreto Nº 865 de 04/08/2017. Em 12/07/2019, por meio do Decreto Nº 3.973, foi acrescentado mais 1 membro no CG, a saber " 01 (um) representante da Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba – FUNEPU".

Em virtude dos Termos de Convênios firmados com a SEU e a FUNEPU, o Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Uberaba repassou recursos próprios, recursos recebidos do Fundo Estadual de Saúde (FES) para enfrentamento ao COVID-19 e recursos recebidos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), também para enfrentamento ao COVID-19, às 2 (duas) instituições, os quais compuseram as parcelas mensais repassadas à instituição conforme detalhado na tabela 01.

Com relação à aquisição de materiais de consumo, medicamentos, insumos e equipamentos a serem destinados a Instituição, a SMS/Uberaba apresentou a equipe o MEMORANDO INTERNO nº 022/2021, emitido pelo Departamento de Aquisições e Suprimentos, datado de 10/08/2021, informando que a SMS não realiza por via própria a aquisição de materiais e insumos destinados ao Hospital Regional José Alencar.

Anexos:

01) Evidência da constatação 646409.

02) Evidência da constatação 646421.

03) Tabela nº 01: Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo FMS/Uberaba a SEU e a FUNEPU, destinados ao Hospital Regional José Alencar.

04) Tabela nº 02: Histórico do para enfrentamento ao COVID-19 do Plano de Contingência do Hospital Regional José Alencar.

IV - METODOLOGIA

1- Fase

Análítica

:

Foram realizados os trabalhos analíticos no período de 25/06/2021 a 04/10/2021, com as seguintes tarefas.

a) Análise do processo principal SEI nº 1320.01.0063368/2021-45 que demandou a auditoria. Nesta fase foram realizadas pesquisas sobre a instituição na internet, a saber:

- Consulta ao site do Fundo Nacional de Saúde (FNS);
- Consulta às portarias federais que contemplaram o hospital com recursos para custeio de leitos de UTI adulto COVID-19 que foram repassadas ao FMS de Uberaba.
- Consulta às Resoluções SES/MG que contemplaram o hospital com recursos para custeio de ações relacionadas ao COVID-19 que foram repassadas ao FMS de Uberaba.
- Consulta no site da Prefeitura Municipal de Saúde de Uberaba.
- Consulta nas planilhas de pagamento de recursos do Fundo Estadual de Saúde (FES) de Minas Gerais relacionadas ao COVID-19.
- Consulta aos termos de compromisso firmados entre o Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Uberaba e o FES em virtude do recebimento de recursos para o custeio de leitos de UTI adulto relacionado ao COVID-19.
- Consulta às portarias federais que contemplaram o hospital para habilitação/autorização de leitos de UTI adulto relacionados ao COVID-19.

b) Análise dos documentos enviados por e-mail via link, ou obtidos em consulta a sites oficiais, na fase analítica, listados a seguir:

- Convênios celebrados entre o município de Uberaba e Sociedade Educacional Uberabense (SEU) e a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba (FUNEPU) e respectivos termos aditivos.
- Extratos bancários de contas correntes e investimento e razões de banco das contas do FMS/Uberaba relacionadas aos recursos recebidos e/ou destinados ao Hospital Regional José Alencar para enfrentamento à COVID-19.
- Notas de empenho relacionadas aos recursos destinados ao Hospital Regional para enfrentamento à COVID-19.



- Cartão de inscrição do FMS no CNPJ.
- Notas fiscais referentes aos recursos repassados Sociedade Educacional Uberabense (SEU) e a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba (FUNEP) para enfrentamento à COVID-19.
- Leis de diretrizes orçamentárias de 2020 e 2021.
- Lei municipal de criação do FMS de Uberaba.
- Decretos e leis municipais de abertura de crédito suplementar de 2020.
- Plano municipal de Saúde 2018 – 2021 com ajustes.
- Relatório anual de gestão de 2020.
- Programação anual de saúde 2020.
- 1º, 2º e 3º RDQA de 2020 e 1º RDQA de 2021.
- Documentos do Conselho Municipal de Saúde (CMS) e da Câmara Municipal de Uberaba relacionados à aprovação dos RDQAs, do plano municipal de saúde 2018 - 2021 e da PAS 2020.
- Documentos da Comissão de Acompanhamento de Contratos (CAC) e do HRJA relacionados às metas.
- Relatório do CNES
- Relatório do SIHD, por forma de organização, da produção do HRJA de março/20 à maio/21.

2 - Reunião de abertura dos trabalhos:

No dia 05/10/2021, às 10 hrs, foi realizada reunião entre a equipe designada para a auditoria, o Secretário Municipal de Saúde e equipe de assessores e técnicos nas dependências na SMS de Uberaba. Foi explanado sobre a demanda que originou a auditoria, seu objetivo, sobre a programação da auditoria operativa, sobre os documentos que já haviam sido entregues pelo estabelecimento via e-mail e sobre os documentos faltantes (não entregues na fase analítica) relacionados à parte financeira da auditoria.

3 - Fase Operativa:

No dia 05/10/2021, no período da manhã, foi realizada visita nas dependências da SMS, quando a equipe se apresentou ao gestor municipal e servidores técnicos de diversas áreas, sendo realizadas conversas a fim de elucidar fatos e sobre os documentos ora entregues.

Entre os dias 06/10/2021 e 08/10/2021, parte da equipe permaneceu na SMS para coleta de diversos documentos relacionados à parte financeira da auditoria sendo realizadas conversas com servidores municipais a fim elucidar fatos identificados.

No dia 07/10/2021 foi realizada visita ao setor de regulação do município pelas auditoras, onde foi verificada a estrutura do setor assim como o sistema SISREG, utilizado pelo município para regulação dos serviços hospitalares. Foi realizada conversas com técnicos do setor e verificação do processo de regulação de um usuário, pelo médico responsável do plantão, para o HRJA.

No dia 07/10/2021, em virtude de compromissos do SMS de Saúde no dia 08/10/2021, foi emitido o Termo de Auditoria e informados que no transcorrer do processo poderia haver demanda por novos documentos surgirem e que seriam solicitados formalmente via e-mail.

4 – Limitação:

Em virtude da SMS de Uberaba não utilizar o sistema SUSFÁCIL/MG para regular o acesso às unidades hospitalares, não foi possível averiguar o histórico das internações realizadas no hospital, visto que no sistema então utilizado, o SISREG, a equipe não tem acesso ao mesmo.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 646409

Subgrupo: Convênios

Item: Formalização



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Constatação: A SMS celebrou instrumentos jurídicos com a Sociedade Educacional Uberabense (SEU) e a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba (FUNEPU) para o repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e Municipal) referentes ao enfrentamento da COVID-19 e destinados às ações de média e alta complexidade do Hospital Regional José Alencar em desacordo com as regras que viabilizaram os repasses.

Evidência: Em virtude da limitação do espaço neste campo no sistema SISAUD, o texto da evidência consta no Anexo nº 01.

A não discriminação adequada da fonte de recursos dos instrumentos firmados está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, ANEXO 2 DO ANEXO XXIV, CAPÍTULO V, Seção I, art. 21, § único, CAPÍTULO VII, art. 38; Resolução de Consolidação CIT nº 1, de 30/03/2021, ANEXO III, item 4.1 - Municípios, alínea "L".

Fonte da Evidência: - Cópia digitalizada do Termo de Convênio SUS/UBERABA nºs 231/2017 e 232/2017 celebrado com a Sociedade Educacional Uberabense (SEU) e a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba (FUNEPU)

- Cópia digitalizada do VI Aditivo ao Termo de Convênio SUS/UBERABA nºs 231 e 232 datado de 12/05/2020.
- Cópia digitalizada do VIII Aditivo ao Termo de Convênio SUS/UBERABA nºs 231 e 232 datado de 29/09/2020
- Cópia digitalizada do IX Aditivo ao Termo de Convênio SUS/UBERABA nºs 231 e 232 datado de 06/11/2020
- Cópia digitalizada do X Aditivo ao Termo de Convênio SUS/UBERABA nºs 231 e 232 datado de 04/12/2020
- Cópia digitalizada do XI Aditivo ao Termo de Convênio SUS/UBERABA nºs 231 e 232 datado de 23/03/2021
- Cópia digitalizada do XII Aditivo ao Termo de Convênio SUS/UBERABA nºs 231 e 232 datado de 28/06/2021
- Cópia digitalizada do XIII Aditivo ao Termo de Convênio SUS/UBERABA nºs 231 e 232 datado de 21/07/2021
- Ofício SMS/DAR nº 280/2021 de 06 de outubro de 2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 491/2022, o atual secretário municipal de saúde, o Sr. S.B.N. (representante da pessoa jurídica SMS), em conjunto com o Sr. J.J.G.O. (Chefe do Departamento de Auditoria do SUS do município de Uberaba) encaminharam manifestação por meio do OFÍCIO SMS/SUS/URA/Nº 064/2023, datado de 03/02/2023, contendo vários anexos com documentos referentes às respostas dos itens não conformes. Entretanto, na documentação apresentada, não consta informações sobre esta constatação especificamente.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 492/2022, a pessoa física S.B.N. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade. A única manifestação apresentada configurou-se somente como manifestação da pessoa jurídica da SMS/FMS de Uberaba.

3. Em Resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 493/2022, a pessoa física I.J.S.N. enviou manifestação datada de 13 de fevereiro de 2023, na qual informa que o Termo de Convênio SUS/Uberaba nºs 231/2017 e 232/2017, bem como os aditivos I a X, celebrados na gestão 2017-2020, entre a SEU/FUNEPU e Município de Uberaba/SMS/FMS, para o gerenciamento das ações e serviços do HRJA, sempre constaram em suas cláusulas de dotação orçamentária, o modelo adotado pela Procuradoria Geral do Município, contendo apenas a funcional programática orçamentária das dotações/rubricas, incluindo apenas as fontes de recursos de acordo com definições pelo Tribunal de Contas do Estado de MG, sendo: 1.59 para Transferências de Recursos da União; 1.55 para Transferências de Recursos do Estado de Minas Gerais e 1.02 - Recursos Próprios do Município para aplicação na Saúde, nos termos do art. 14 da PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 2, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017. Argumenta ainda que em nenhum momento, se detalhava nos respectivos Termos (contrato e aditivos) as fontes financeiras, como as Portarias e Resoluções específicas a serem utilizadas no pagamento mensal dos serviços. O que pode conter no processo, seriam planilhas de caráter gerencial da equipe do Departamento Financeiro, com um planejamento financeiro de portarias e resoluções a serem utilizadas para fechamento do pagamento mensal dos prestadores/mantenedores FUNEPU/SEU.

4. Em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 494/2022, a pessoa física J.L.R. enviou manifestação datada de 12 de dezembro de 2022, alegando que não possui qualquer responsabilidade quanto aos fatos apresentados no relatório Preliminar e que jamais praticou qualquer irregularidade durante o período de 01 a 20 de janeiro de 2021, período em que atuou junto a SMS de Uberaba; Na manifestação apresentada não consta informação específica sobre esta constatação.

Análise da Justificativa: A pessoa física I.J.S.N. argumenta em sua defesa que o município seguiu as definições para classificação da funcional programática orçamentária das dotações/rubricas do Tribunal de Contas do estado de Minas Gerais,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



e que em nenhum momento, se detalhava nos respectivos Termos (contrato e aditivos) as fontes financeiras, como as Portarias e Resoluções específicas a serem utilizadas no pagamento mensal dos serviços e que o que poderia ter, seria somente planilhas de controles gerenciais. Entretanto, além contrariar a legislação mencionada na evidência (Portaria de Consolidação nº 02/2017 e Resolução de Consolidação CIT nº 1, de 30/03/2021), a não discriminação adequada da fonte de recursos dos instrumentos firmados, no caso em questão impossibilitou aos administradores do Hospital identificar quais as fontes de receitas estariam recebendo e conseqüentemente levou ao desconhecimento das normas específicas para execução das despesas das mesmas.

A defesa da pessoa física J.L.R. alega que ela não possui qualquer responsabilidade quanto aos fatos apresentados no relatório Preliminar, e solicita que a "empresa de auditoria" se abstenha de tomar qualquer medida seja ela extrajudicial ou judicial em seu desfavor, excluindo a mesma do procedimento de auditoria realizado. E caso este não seja o entendimento, que seja instaurado o devido processo legal e garantindo a mesma o direito ao contraditório e ampla defesa. Quanto a isso cumpre esclarecer que: a Sra. J.L.R. foi notificada em razão de ser considerada pessoa física interessada, agente passível de responsabilização (vide legislação mencionado no Ofício SES/AUDSUS nº. 494/2022 de 25/10/2022), uma vez que ocupou o cargo de secretaria no período de 01 a 20 de janeiro de 2021. E como tal foi notificada justamente para ter o direito ao contraditório e ampla defesa. A Secretaria Municipal de Saúde de Uberaba, órgão gestor do SUS, também foi notificada com oportunidade de se manifestar acerca da auditoria. Nesta atividade de auditoria a Secretaria Municipal de Saúde de Uberaba é o auditado, sendo as unidades visitadas a SMS e o Hospital Regional José Alencar, destarte as eventuais penalidades e medidas corretivas aplicáveis são dirigidas ao órgão gestor do SUS.

Por fim, avaliando-se as manifestações apresentadas, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	13.809.927/0001-19

Recomendação: Recomenda-se à SMS de Uberaba que na celebração de instrumentos jurídicos com instituições privadas para os casos de repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e ou Municipal), que nos referidos instrumentos conste cláusulas contendo a discriminação adequada das fontes de recursos: de acordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, ANEXO 2 DO ANEXO XXIV, CAPITULO V, Seção I, art. 21, § único, CAPÍTULO VII, art. 38; RESOLUÇÃO DE CONSOLIDAÇÃO CIT Nº 1, DE 30 DE MARÇO DE 2021, ANEXO III - Responsabilidades Sanitárias, item 4. Responsabilidades na Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, sub-item 4.1 Municípios, alínea "L".

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	13.809.927/0001-19

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 646410

Subgrupo: Convênios

Item: Movimentação financeira

Constatação: A SMS aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FES para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Regional José Alencar.

Evidência: Após análise da documentação apresentada verificou-se que a SMS/FMS/Uberaba recebeu do FES recursos provenientes das Resoluções SES/MG nºs 7265, 7395, 7295, 7384, 7396, 7446, 7482, 7595, 7480, 7502, 7538, 7603,



7643, 7564 e 7461 no período de março/2020 a agosto/2021, para enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade.

Dos recursos recebidos pelo FMS, foi repassado ao Hospital Regional José Alencar: R\$ 4.969.395,40 (quatro milhões, novecentos e sessenta e nove mil, trezentos e noventa e cinco reais centavos e quarenta centavos) para a SEU e R\$ 2.198.604,51 (dois milhões, cento e noventa e oito mil, seiscentos e quatro reais e cinquenta e um centavos) para a FUNEPU, conforme elencado na TABELA nº 01, anexo deste relatório. Estes valores foram repassados com os recursos advindos das Resoluções SES/MG nºs 7265, 7395, 7295, 7384, 7396, sendo repassado o valor total de R\$ 2.160.000,00 provenientes da Resolução SES/MG nº 7265, R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) da Resolução SES/MG nº 7395, R\$ 1.248.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil reais) da Resolução SES/MG nº 7295, R\$ 1.488.000,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e oito mil reais) da Resolução SES/MG nº 7384 e R\$ 1.552.000,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta e dois mil reais da Resolução SES/MG nº 7396). Com relação aos recursos da Resolução SES/MG nº 7461, foi apresentada uma Nota Técnica datada de 28/09/2021, informando que a conta se encontra bloqueada o que não permitiu a SMS conseguir o extrato bancário e até da data da fase operativa ainda não tinha sido repassado o recurso para as entidades SEU e FUNEPU.

Considerando que o hospital regional é público conclui-se que os fatos estão de acordo com com: Resolução SES/MG nº 7.265/2020, art. 1º, art. 5º, inc II; Termo de Compromisso nº 819/7265, cláusula 1ª, § único; Resolução SES/MG nº 7.395/2021, art. 1º, § 1º; 1º Termo Aditivo do Termo de Compromisso nº 819/2020, cláusula 1ª, inc. I e II; Resolução SES/MG nº 7.295/2020, art. 1º, § 1º, Termo de Compromisso nº 819/7295, cláusula 1ª, § único; Resolução SES/MG nº 7.384/2021, art. 1º, §1º; 1º Termo Aditivo do termo de Compromisso nº 819/7295, cláusula 1ª, inc. I e II; Resolução SES/MG nº 7.396/2021, art. 1º, § 1º; 2º Termo Aditivo do Termo de Compromisso nº 819/7295, cláusula 1ª, inc. I e II.

Fonte da Evidência: - Cópias digitalizadas da Nota de empenho nº 1774/2021, Notas fiscais nºs 59 e 80, Ordens bancárias nºs 6126 e 6396 e transferências bancárias.

- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 1787/2021, Notas fiscais nºs 274 e 157, Ordens bancárias nºs 6390 e 6125 e transferências bancárias.

- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 3769/2201, Nota fiscal nº 80, Ordem bancária nº 6396 e transferência bancária.

- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 3767/2021, Nota fiscal nº 274, Ordem bancária nº 6392 e transferência bancária.

- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 4436/2021, Notas fiscais nºs 98 e 108, Ordens bancárias nºs 8409 e 9375 e transferências bancárias.

- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 4443/2021, Notas fiscais nºs 544 e 739, Ordens bancárias nºs 8421 e 9374 e transferências bancárias.

- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 4437/2021, Notas fiscais nºs 98 e 108, Ordens bancárias nºs 8411 e 9376 e transferências bancárias.

- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 4444/2021, Notas fiscais nºs 554 e 739, Ordens bancárias nºs 8434 e 9373 e transferências bancárias.

- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 3770/2021 Notas fiscais nºs 80 e 98, Ordens bancárias nºs 6397 e 8413 e transferências bancárias.

- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 3768/2021 Notas fiscais nºs 274 e 554, Ordens bancárias nºs 6394 e 8425 e transferências bancárias.

- Cópia digitalizada dos Extratos Bancários da Conta Corrente BB-109529-3 dos meses: dezembro/2020 a janeiro/2021

- Cópia digitalizada dos extratos referentes as aplicações financeiras da Conta Corrente nº BB-109529-3 dos meses: dezembro/2020 a janeiro/2021

- Cópia digitalizada do Razão da Conta Corrente BB-109529-3 dos meses: dezembro/2020 a janeiro/2021

- Cópia digitalizada do Extrato bancários da Conta Corrente BB-109559-5 dos meses de fevereiro a agosto de 2021.

- Cópias digitalizadas dos Extratos bancários referentes às aplicações financeiras da Conta Corrente nº BB-109559-5 BB-109559-5, dos meses de fevereiro a agosto de 2021

- Cópia digitalizada do Razão da Conta Corrente BB-109559-5 dos meses de fevereiro a agosto de 2021

- Cópia digitalizada do Extrato bancário da Conta Corrente nº BB-109555-8 dos meses de maio a agosto de 2021-



Cópia digitalizada do extrato bancário referentes às aplicações financeiras da Conta Corrente nº BB-109955-8 dos meses de maio a agosto de 2021

- Cópia digitalizada do Razão da Conta Corrente nº BB-109955-8 dos meses de maio a agosto de 2021.
- Cópia digitalizada do Extrato bancário da Conta Corrente nº BB-0110376-8 do mês de maio a agosto de 2021
- Cópia digitalizada do extrato bancário referentes às aplicações financeiras da Conta Corrente nº BB-109529-3 nº BB-0110376-8 do mês de maio a agosto de 2021
- Cópia digitalizada do Razão da Conta Corrente nº BB-0110376-8 do mês de maio a agosto de 2021.
- Cópia digitalizada do Extrato bancário da Conta Corrente nº BB-0110699-6 dos meses de julho e agosto de 2021.
- Cópia digitalizada do extrato bancário referentes às aplicações financeiras da Conta Corrente nº BB-0110699-6 dos meses de julho e agosto de 2021.
- Cópia digitalizada do Razão da Conta Corrente nº BB-0110699-6 dos meses de julho e agosto de 2021.
- Nota Técnica datada de 28/09/2021, com informações sobre a Conta Corrente nº BB-0110316-4 (Resolução SES/MG nº 7461)
- Relação de contas do FMS/Uberaba
- Planilha de repasses de recursos para enfrentamento a COVID-19 do FES para o município de UBERABA no período de 01/03/2020 a 31/08/2021.
- Planilha SMS: Controle de recursos do Estado para enfrentamento da Emergência de saúde-COVID 19 - utilizados no Hospital.
- Planilha SMS: Resoluções e Portarias COVID 19 utilizados para custeio do Hospital Regional (pagamentos por competência).

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 646411

Subgrupo: Convênios

Item: Movimentação financeira

Constatação: A SMS aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Regional José Alencar

Evidência: Após análise da documentação apresentada verificou-se que a SMS/FMS/Uberaba recebeu do FNS recursos provenientes das Portarias MS/GM nºs 480/2020, 774/2020, 1666/2020 e 2624/2020, no período de março/2020 a agosto/2021, para enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade.

Destes recursos recebidos pelo FMS, foi repassado ao Hospital Regional José Alencar: R\$ 9.587.636,09 (nove mil, quinhentos e oitenta e sete mil, seiscentos e trinta e seis reais e nove centavos) para a SEU e R\$ 4.272.407,37 (quatro milhões, duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e sete reais e trinta e sete centavos) para a FUNEPU, conforme elencado na TABELA nº 01, anexo deste relatório. Estes valores foram repassados com os recursos advindos das Portarias MS/GM nºs 480/2020, 774/2020 e 1666/2020.

Com relação aos recursos da Portaria MS/GM nº 2624 até a data da fase operativa ainda não tinha sido repassado o recurso para as fundações SEU e FUNEPU, devido a ausência de previsão na Lei Orçamentária Anual vigente, foi apresentado projeto de lei específico para regularizar a situação, mas na época da operativa ainda estava pendente de votação na câmara.

Considerando que o Hospital Regional José Alencar é público, conclui-se que os fatos estão de acordo com: Portaria MS/GM nº 480/2020, caput; Portaria MS/GM nº 774/2020, art 2º, Portaria MS/GM nº 1666/2020, art. 1º; VI Aditivo ao Convênio nº 231 e 232 de 06/11/2020, Cláusula 2ª, item 2.1 e IX Aditivo ao Convênio nº 231 e 232 de 23/03/2021, Cláusula 2ª, item 2.3.

Fonte da Evidência: - Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 12208/2020, Nota fiscal nºs 335, ordem bancária nº 23310 e transferência bancária.

- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 12210/2020, Nota fiscal nºs 2185, ordem bancária nº 23306 e transferência bancária.

- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 1810/2020, Notas fiscais nºs 288, 335 e 274, ordens bancárias nºs 21094, 23309 e 25697 e transferências bancárias.

- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 14277/2020, Nota fiscal nº 14, ordem bancária nº 368 e transferência



bancária.

- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 3323/2021, Nota fiscal nºs 59, ordem bancária nº 3323 e transferência bancária.

- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 1771/2021 Notas fiscais nºs 108 e 134, ordens bancárias nºs 9176 e 11239 e transferências bancárias.

- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 10771/2020 Notas fiscais nºs 1942 e 2185, ordens bancárias nºs 21108 e 23305 e transferências bancárias.

- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 14279/2020 Nota fiscal nº 002, ordem bancária nº 1376 e transferências bancárias.

- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 1828/2021 Notas fiscais nºs 157, 739 e 917, ordens bancárias nºs 3329, 169 e 11224 e transferências bancárias.

- Cópia digitalizada do Extrato bancário da Conta Corrente nº CEF 624093-3 dos meses de março/2020 a agosto/2021

- Cópias digitalizadas dos extratos referentes às aplicações financeiras da Conta Corrente nº CEF 624093-3 dos meses de março/2020 a agosto/2021

- Cópia digitalizada do Razão da Conta Corrente nº CEF 624093-3 dos meses de março/2020 a agosto/2021.

- Planilha SMS: Controle de recursos União para enfrentamento da Emergência de saúde-COVID 19 - utilizados no Hospital.

- Planilha SMS: Resoluções e Portarias COVID 19 utilizados para custeio do Hospital Regional (pagamentos por competência).

- Consulta site do FNS: Planilha detalhada de repasse do FNS para FMS/Uberaba - Portaria MS/GM nº 480 exercícios de 2020 e 2021.

- Consulta site do FNS: Planilha detalhada de repasse do FNS para FMS/Uberaba - Portaria MS/GM nº 774 exercícios de 2020 e 2021

- Consulta site do FNS: Planilha detalhada de repasse do FNS para FMS/Uberaba - Portaria MS/GM nº 1666 exercícios de 2020 e 2021

- Consulta site do FNS: Planilha detalhada de repasse do FNS para FMS/Uberaba - Portaria MS/GM nº 2624 exercícios de 2020 e 2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 646412

Subgrupo: Convênios

Item: Movimentação financeira

Constatação: A SMS aplicou adequadamente os recursos próprios para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Regional José Alencar.

Evidência: Após análise da documentação apresentada em resposta a solicitação contida no ofício de comunicação de auditoria e também a documentos coletados na fase operativa, verificou-se que com a celebração do Aditivo IX ao Convênios nºs 231 e 232 em 06/11/2020, a partir da competência novembro/2020, consta nas notas fiscais se a despesa se refere a COVID ou não. Então a partir desta competência pode ser observado, pagamentos com recursos próprios (CC nº 329-8 /CEF) para enfrentamento a COVID-19 pela descrição das Notas fiscais. Foi repassado o valor de R\$ 1.702.860,70 (um milhão, setecentos e dois mil, oitocentos e sessenta reais e setenta centavos) para a SEU e R\$ 959.456,10 (novecentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e dez centavos) para a FUNEPU, destinados a despesas com a COVID-19, no período de novembro/2020 a agosto/2021.

Tal fato está de acordo com o Termo Aditivo IX ao Convênio nºs 231 e 232, cláusula 1ª, item 1.1, cláusula 2ª, item 2.3, cláusula 3ª, item 3.1 e Portaria de Consolidação Nº 06/2017 Art. 2º.

Fonte da Evidência: - Extratos bancários da Conta Corrente nº 329-8 na CEF, agência 160 no período de 01/03/2020 a 31/08/2021.

- Razão da Conta Corrente nº 329-8 na CEF, agência 160 no período de 01/03/2020 a 31/08/2021.

- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 1119/2021, Notas fiscais nºs 59, 80, 98, 108, 134 e 144, ordens bancárias nºs 9327, 5150, 7116, 8916, 11233 e 13240 e transferências bancárias.

- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 1781/2021, Notas fiscais nºs 274, 554, 739, 917 e 1044, ordens



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



bancárias nºs 5142, 7526, 8923, 11222 e 1324 e transferências bancárias.

- Relação de Contas Bancárias do FMS/Uberaba.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 646414

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Comprovação de despesas

Constatação: Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade no enfrentamento à COVID-19 destinados ao Hospital Regional José Alencar estão em conformidade com o instrumento jurídico formalizado e com a legislação vigente.

Evidência: Após análise da documentação apresentada verificou-se que os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID-19 destinados às instituições SEU e FUNEPU no período de março/2021 a agosto/2021, foram formalizados de acordo com a competência do pagamento contendo: o Pedido de Pagamento de Contrato, Notas de Empenhos, Notas Fiscais com atesto dos serviços prestados, Comprovantes do Pagamento Eletrônico e as ordens bancárias. Foi observado que nos empenhos o(a) secretário(a) municipal de saúde é ordenador de despesas e também autoriza os pagamentos.

Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, art. 63 §2º inciso I, II e III, Lei Federal nº 8.666/93 artigos 24 e 25, Decreto Federal 10360/2020 e Medida Provisória nº 961, de 06 de maio de 2020, Emenda Constitucional nº 106 de 06 de maio de 2020, Instrução Normativa TCE/MG nº 19 art. 10 inciso I ao VI §1º e 2º, Termo de Compromisso da Resolução SES/MG nº 819/7265, cláusula 3ª, item I e Termo de Compromisso da Resolução SES/MG 819/7295, cláusula 3ª, item J.

Fonte da Evidência: - Cópias digitalizadas das Notas de Empenhos do credor Sociedade Educacional Uberabense - SEU: Competências de Março/2020, abril/2020, maio/2020, junho/2020, julho/2020, agosto/2020, setembro/2020, outubro/2020, novembro/2020, dezembro/2020, janeiro/2021, fevereiro/2021, março/2021, abril/2021, maio/2021, junho/2021, julho/2021 e agosto/2021.

- Cópias digitalizadas das Notas Fiscais, Ordens bancárias e transferências bancárias do credor Sociedade Educacional Uberabense SEU: Competências de Março/2020, abril/2020, maio/2020, junho/2020, julho/2020, agosto/2020, setembro/2020, outubro/2020, novembro/2020, dezembro/2020, janeiro/2021, fevereiro/2021, março/2021, abril/2021, maio/2021, junho/2021, julho/2021 e agosto/2021.

- Cópias digitalizadas das Notas de Empenhos do credor: Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba - FUNEPU: Competências de Março/2020, abril/2020, maio/2020, junho/2020, julho/2020, agosto/2020, setembro/2020, outubro/2020, novembro/2020, dezembro/2020, janeiro/2021, fevereiro/2021, março/2021, abril/2021, maio/2021, junho/2021, julho/2021 e agosto/2021.

- Cópias digitalizadas das Notas Fiscais, Ordens bancárias e transferências bancárias do credor Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba - FUNEPU: Competências de Março/2020, abril/2020, maio/2020, junho/2020, julho/2020, agosto/2020, setembro/2020, outubro/2020, novembro/2020, dezembro/2020, janeiro/2021, fevereiro/2021, março/2021, abril/2021, maio/2021, junho/2021, julho/2021 e agosto/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Controles Internos

Constatação Nº: 646415

Subgrupo: Processo

Item: Documentação/Registros

Constatação: A SMS não realiza o acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com a Sociedade Educacional Uberabense (SEU) e a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba (FUNEPU) para gerenciamento e execução de ações no enfrentamento da COVID-19 no Hospital Regional José Alencar, conforme determina os termos de convênio.

Evidência: Em análise documental do Termo de Convênio/SUS/Uberaba nº 231/2017 e 232/2017 e seus respectivos Termos Aditivos e das Atas de Reunião do CAC (referente ao período de março a dezembro de 2020 e de janeiro a junho de 2021) constatamos que a SMS de Uberaba não realizou o acompanhamento, da execução dos instrumentos jurídicos firmados com a SEU e a FUNEPU, no período de março de 2020 a junho de 2021, trimestralmente, conforme determinado no item



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



13.4 dos Termos de Convênio/SUS/Uberaba nº 231/2017 e 232/2017, estando em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, art. 33.

Fonte da Evidência: - Termo de Convênio/SUS/Uberaba nº 231/2017 e 232/2017, celebrado entre o município de Uberaba, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Órgão Gestor do Sistema Único de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, a Sociedade Educacional Uberabense e a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba - FUNEPU.

- VI Aditivo ao Termo de Convênio/SUS/Uberaba nº 231/2017 e 232/2017, celebrado entre o município de Uberaba, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Órgão Gestor do Sistema Único de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, a Sociedade Educacional Uberabense e a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba - FUNEPU.

- VIII Aditivo ao Termo de Convênio/SUS/Uberaba nº 231/2017 e 232/2017, celebrado entre o município de Uberaba, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Órgão Gestor do Sistema Único de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, a Sociedade Educacional Uberabense e a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba - FUNEPU.

- IX Aditivo ao Termo de Convênio/SUS/Uberaba nº 231/2017 e 232/2017, celebrado entre o município de Uberaba, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Órgão Gestor do Sistema Único de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, a Sociedade Educacional Uberabense e a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba - FUNEPU.

- X Aditivo ao Termo de Convênio/SUS/Uberaba nº 231/2017 e 232/2017, celebrado entre o município de Uberaba, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Órgão Gestor do Sistema Único de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, a Sociedade Educacional Uberabense e a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba - FUNEPU.

- XI Aditivo ao Termo de Convênio/SUS/Uberaba nº 231/2017 e 232/2017, celebrado entre o município de Uberaba, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Órgão Gestor do Sistema Único de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, a Sociedade Educacional Uberabense e a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba - FUNEPU.

- XII Aditivo ao Termo de Convênio/SUS/Uberaba nº 231/2017 e 232/2017, celebrado entre o município de Uberaba, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Órgão Gestor do Sistema Único de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, a Sociedade Educacional Uberabense e a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba - FUNEPU.

- Ata de Reunião do CAC, referente ao período de março a dezembro de 2020, datada de 02/07/2021.

- Ata de Reunião do CAC, referente ao período de janeiro a junho de 2021, datada de 08/10/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 491/2022, o atual secretário municipal de saúde, o Sr. S.B.N., (representante da pessoa jurídica SMS), em conjunto com o Sr. J.J.G.O. (Chefe do Departamento de Auditoria do SUS do município de Uberaba) encaminharam manifestação por meio do OFÍCIO SMS/SUS/URA/Nº 064/2023, datado de 03/02/2023, contento vários anexos com documentos referentes às respostas dos itens não conformes. Com relação a esta constatação, foi apresentada: "Primeiramente, torna-se oportuno informarmos que o NAAQH, por convenção, abarca os servidores membros da SMS integrantes da CAC (Comissão de Acompanhamento da Contratualização) a qual, por sua vez, é composta pelos membros participantes do prestador, da Superintendência Regional de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde (Portaria SMS/PMU Nº 31, de 15 de julho de 2022). As reuniões de avaliação realizadas pela CAC ocorrem trimestralmente, conforme estabelecido pela Portaria SMS/PMU Nº 008/2015, a qual institui o Regimento Interno das Comissões de Acompanhamento da Contratualização dos hospitais conveniados com o SUS - Gestão Municipal. O NAAQH, por sua vez, analisa previamente toda a documentação relativa às metas qualitativas e quantitativas estabelecidas no Documento Descritivo - parte integrante do Termo de Convênio. Os membros da CAC, no momento da reunião, identificam o cumprimento das metas pactuadas mediante a avaliação dos indicadores de qualidade - Metas Qualitativas, e conferência dos dados de produção - Metas Quantitativas, visando ao repasse de recursos financeiros proporcional ao desempenho alcançado.

Registramos, para os devidos fins, que no período de 1º de março de 2020 a 30 de junho de 2022, por força das Leis Federais Nº 13.992/20, Nº 14.061/20, Nº 14.123/21 Nº 14.189/21 e lei Nº 14.400/22, ficou suspensa a obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do SUS, sendo garantido, na sua integralidade, os repasses dos valores financeiros contratualizados. É importante ressaltarmos que as metas pactuadas encontram-se definidas no Documento Descritivo - parte integrante do



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Termo de Convênio/Contrato, conforme prevê a Portaria de Consolidação Nº 2, de 28 de setembro de 2017, a qual estabelece a Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde, preconizando, em seu Capítulo IV - Do Financiamento dos Hospitais, Capítulo V - Da Contratualização, e Capítulo VI - Do Monitoramento e Avaliação, as normativas para a formalização da contratualização e o devido monitoramento e avaliação dos respectivos serviços prestados.

Não obstante a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas pactuadas conforme mencionado, as avaliações da CAC foram realizadas para fins de registro e composição de série histórica, não incorrendo a avaliação em caráter punitivo, no período compreendido entre 1º de março de 2020 a 30 de junho de 2022. O período questionado no citado relatório - julho a outubro de 2020 e fevereiro de 2021 foi objeto de avaliação da CAC, seguindo toda a legislação pertinente.

Portanto, no que diz respeito às avaliações da metas referentes ao Termo de Convênio nº 231 e 232/2017 - Hospital Regional José de Alencar, houve o acompanhamento da contratualização, mediante observância aos Documentos Descritivos específicos - Aditivos VIII, IX e XI, celebrados em razão do cenário da Pandemia de Covid-19, conforme atas de reunião realizadas pela CAC (vide atas em anexo)."

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 492/2022, a pessoa física S.B.N. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade. A única manifestação apresentada configurou-se somente como manifestação da pessoa jurídica da SMS/FMS de Uberaba.

3. Por meio do documento S/N, de 13/02/2022, a pessoa física I.J.S.N. encaminhou manifestação em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 493/2022: "Os instrumentos regulatórios para o cumprimento dos indicadores e metas pactuadas do Termo de Convênio SUS/Uberaba nºs 231/2017 e 232/2017, bem como os aditivos I a X, celebrado na gestão 2017-2020, foi realizado em 02/07/2021 pela CAC- Comissão de Acompanhamento à Contratualização, referente ao período de março a dezembro/2020, conforme consta no relatório preliminar, página 11.

Justifico que no período pandêmico, todos os estabelecimento de saúde encaminhavam ao Núcleo de Apoio e Qualidade Hospitalar/CAC, documentos pertinentes às metas pactuadas como informe e controle, pois as metas quali-quantitativas estavam suspensas, conforme legislação federal.

-Lei nº 13.992 de 22/04/2020 - suspende por 120 dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

- LEI Nº 14.400, DE 8 DE JULHO DE 2022. Altera a Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, para prorrogar a suspensão, ATÉ 30 DE JUNHO DE 2022,"

4. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 494/2022, a pessoa física J.L.R. foi notificada e enviou manifestação datada de 12 de dezembro de 2022, alegando que não possui qualquer responsabilidade quanto aos fatos apresentados no relatório Preliminar e que jamais praticou qualquer irregularidade durante o período de 01 a 20 de janeiro de 2021, período em que atuou junto a SMS de Uberaba; Na manifestação apresentada não consta informação específica sobre esta constatação.

Análise da Justificativa: O representante legal da SMS, em sua manifestação, alega que no período de abrangência da auditoria as avaliações da CAC foram realizadas regularmente conforme legislação e que, nesse mesmo período, por força das Leis Federais nº 13.992/20, nº 14.061/20, nº 14.123/21, nº 14.189/21 e nº 14.400/22, as avaliações da CAC foram realizadas apenas para fins de registro e composição de série histórica, não incorrendo a avaliação em caráter punitivo. Junto às alegações, informa ter encaminhado as atas de reuniões realizadas pela CAC. Contudo, tais atas não constam anexadas. A ausência das atas, as quais serviriam como evidências das alegações, impede a reapreciação da conformidade. Ademais, reiteramos a necessidade de acompanhamento dos instrumentos jurídicos para assegurar o gerenciamento da execução de ações de enfrentamento da COVID-19 e não somente para construção de série histórica, como afirmou o auditado. A manifestação da pessoa física, I.J.S.N., corrobora os achados da auditoria por relatar que o acompanhamento do período de março a dezembro de 2020, foi realizado em uma única reunião registrada no dia 02/07/2021 e não trimestralmente como determinam os instrumentos jurídicos. Considerando o conjunto das manifestações apresentadas, não foram apresentados documentos comprobatórios capazes de afastar a não conformidade. Propõe-se ao auditado a aplicação da penalidade de advertência escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	13.809.927/0001-19

Recomendação: Realizar o acompanhamento, conforme determina os Termo de Convênio/SUS/Uberaba nº 231/2017 e 232/2017 e seus respectivos Termos Aditivos, cumprindo a determinação destes próprios instrumentos jurídicos e da Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, art. 33.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	13.809.927/0001-19

Grupo: Controles Internos

Constatação Nº: 646416

Subgrupo: Processo

Item: Documentação/Registros

Constatação: A SMS não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital Regional José Alencar.

Evidência: Em análise documental dos documentos de acompanhamento da ocupação dos leitos apresentados pela SMS de Uberaba (Relatórios de Avaliação das Metas Pactuadas em Termo de Convênio - abril a setembro de 2020, julho a setembro de 2020, outubro de 2020, novembro a dezembro de 2020, janeiro a junho de 2021 e as Atas de Reunião da CAC de avaliação do período de março a dezembro de 2020 e de janeiro a junho de 2021) e os apresentados pelo hospital (Relatórios de avaliação das metas pactuadas em Termo de Convênio dos períodos de janeiro a março de 2020, abril a setembro de 2020, outubro de 2020, novembro a dezembro de 2020 e janeiro a junho de 2021) verificamos que os dados são coincidentes. Entretanto, quando analisamos o quantitativo de leitos apresentados no cálculo da taxa de ocupação (leitos/dia), ou seja, o quantitativo real de leitos, identificamos que não são os mesmos quantitativos de leitos apresentados nos relatórios acima, como por exemplo no mês de setembro de 2020, constam no Relatório de Avaliação das Metas Pactuadas em Termo de Convênio - abril a setembro de 2020, apresentado pela SMS, 70 (setenta) leitos clínicos e 40 (quarenta) leitos de UTI, enquanto no quantitativo identificado através da taxa de ocupação (leitos/dia) há 55 (cinquenta e cinco) de clínica médica e 30 (trinta) de UTI. Tal situação, nos leva a concluir que a SMS de Uberaba não realiza o acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital Regional José Alencar, estando em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art. 5º, inciso II e Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus - COVID-19) da Macrorregião Triângulo Norte - item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papéis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais itens II, III e IV.

Fonte da Evidência: - OFÍCIO N.º 007/HRJA - ANEXO I, constando o Relatório de Avaliação das Metas Pactuadas em Termo de Convênio - abril a setembro de 2020.

- OFÍCIO N.º 043/2021/HRJA - ANEXO I, constando o Relatório de Avaliação das Metas Pactuadas em Termo de Convênio - julho a setembro de 2020.

- ANEXO I do OFÍCIO N.º 069/2021/HRJA, constando os Relatórios referentes aos meses de outubro de 2020 e ao período de novembro a dezembro de 2020.

OFÍCIO N.º 155/2021/HRJA - ANEXO I, constando os Relatórios referentes ao período de janeiro a junho de 2021.

- Ata de Reunião da CAC de avaliação do período de março a dezembro de 2020, datada de 02 de julho de 2021.

- Ata de Reunião da CAC de avaliação do período de janeiro a junho de 2021, datada de 08/10/2021.

- Taxa de ocupação Clínica Médica COVID - Gráfico Indicador de Desempenho do Hospital Regional José Alencar, constando as competências de março/2020 a julho/2021.

- Taxa de ocupação UTI Geral - Gráfico Indicador de Desempenho do Hospital Regional José Alencar, constando as competências de março/2020 a julho/2021.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 491/2022, o atual secretário municipal de saúde, o Sr. S.B.N, (representante da pessoa jurídica SMS), em conjunto com o Sr. J.J.G.O. (Chefe do Departamento de Auditoria do SUS do município de Uberaba) encaminharam manifestação por meio do OFÍCIO SMS/SUS/URA/Nº 064/2023, datado de 03/02/2023, contendo vários anexos com documentos referentes às respostas dos itens não conformes. Com relação a esta constatação, foi apresentada: "Como é de amplo conhecimento, o Município de Uberaba/Mg, por possuir gestão plena da saúde pública local, assumiu as obrigações inerentes à regulação de leitos hospitalares no decorrer do ano de 2020, com a instituição de um Complexo Regulador no âmbito desta Municipalidade, conforme Decreto Municipal nº 5383, de 24 de março de 2020. Nesse contexto, buscando aprimorar os fluxos e processos, de modo a trazer maior agilidade e transparência à regulação de pacientes, sejam oriundos do município de Uberaba e/ou Macrorregião de Saúde Triângulo Sul, essa municipalidade, em 2020, adotou, oficialmente, como sistema eletrônico de regulação o SisReg, que é considerado o sistema de regulação oficial do Ministério da Saúde do Brasil. Nesse prisma, desde a implantação do SisReg, o Complexo Regulador Municipal tem implementado ações contínuas de melhorias, no que tange a regulação de pacientes, como formar de trazer maior eficiência e celeridade nos processos de regulação, acarretando, via de consequência, benefícios amplos à coletividade usuária do SUS e visando garantir a organização e o ordenamento do acesso aos municípios de Uberaba e referenciada, conforme pactuação da Programação Pactuada Integrada - PPI. Sendo assim, conforme explicado na constatação nº 646402, para um melhor acompanhamento na época do enfrentamento ao COVID-19 e/ou os sob suspeita, por todos os hospitais da rede pública e privada do município de Uberaba. Onde na época o prestador encaminhava por email o censo hospitalar duas (2) vezes ao dia e atualmente três (3) vezes ao dia, contendo informações como nome no paciente, leito, data de nascimento, médico responsável pela internação e dias de internação, a fim de acompanharmos os leitos ocupados e livres. Portanto, informamos que houve o acompanhamento na época dos fatos, o qual continua até o presente momento.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 492/2022, a pessoa física S.B.N. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade. A única manifestação apresentada configurou-se somente como manifestação da pessoa jurídica da SMS/FMS de Uberaba.

3. Por meio do documento S/N, de 13/02/2022, a pessoa física I.J.S.N. encaminhou manifestação em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 493/2022: "Considerando que o relatório emitido pela CAC, referente a avaliação do período de março a dezembro/2020, foi concluído em 02/07/2021, desconheço o conteúdo do mesmo, porém, afirmo que os leitos clínicos e de UTI COVID foram habilitados mediante parecer da CIB/SES/MG."

4. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 494/2022, a pessoa física J.L.R. foi notificada e enviou manifestação datada de 12 de dezembro de 2022, alegando que não possui qualquer responsabilidade quanto aos fatos apresentados no relatório Preliminar e que jamais praticou qualquer irregularidade durante o período de 01 a 20 de janeiro de 2021, período em que atuou junto a SMS de Uberaba. Na manifestação apresentada não consta informação específica sobre esta constatação.

Análise da Justificativa: Destacamos que a equipe realizou a análise dos documentos de acompanhamento dos leitos apresentados pela SMS e pelo hospital e comparou ao quantitativo extraído do censo hospitalar, que retrata o quantitativo real de leitos existentes na instituição em cada mês, identificando divergências entre os documentos apresentados e o identificado através do censo hospitalar. Na manifestação apresentada pela SMS, foi detalhada a operacionalização da regulação, via Sisreg, do município através do acompanhamento de leitos ocupados e livres, ressaltando ainda que o hospital repassa, através de e-mail, inicialmente 02 (duas) vezes e posteriormente e até a presente data, 03 (três) vezes ao dia, as informações de nome do paciente, leito, data de nascimento, médico responsável pela internação e dias de internação, para que sejam acompanhados os leitos ocupados e livres. Todavia, não houve apresentação de documentação comprobatória dessas alegações o que impossibilita a reapreciação da conformidade.

A pessoa física I.J.S.N. detalha que os documentos analisados não são de seu conhecimento, uma vez que o relatório fora concluído posteriormente ao seu período de exercício, entretanto reafirma que os leitos clínicos e de UTI COVID foram habilitados mediante parecer da CIB/SES/MG. Tais alegações, não trazem elementos novos e/ou documentos comprobatórios capazes de contrapor os achados de auditoria detalhados no campo Evidência e/ou assegurar que o acompanhamento do quantitativo de leitos estava sendo realizado, no seu período de exercício.

Considerando o conjunto das manifestações apresentadas, não foram apresentados documentos comprobatórios capazes de afastar a não conformidade. Propõe-se ao auditado a aplicação da penalidade de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



advertência escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	13.809.927/0001-19

Recomendação: Realizar o acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital Regional José Alencar, cumprindo a determinação da Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art.5º, inciso II e Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus - COVID-19) da Macrorregião Triângulo Norte - item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papéis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais itens II, III e IV.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	13.809.927/0001-19

Grupo: Controles Internos

Constatação Nº: 646417

Subgrupo: Processo

Item: Documentação/Registros

Constatação: A SMS não realiza controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital Regional José Alencar, no atendimento de casos da COVID-19.

Evidência: Em análise documental do relatório apresentado (Movimento de AIH - SIHD - Hospital Regional José Alencar/Valor Total por Ano/Mês processamento segundo Forma de Organização), não pudemos comprovar que a SMS de Uberaba realiza o controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital Regional José Alencar, no atendimento de casos da COVID-19, pois no referido relatório consta somente a forma de organização não detalhando as internações por código do procedimento, o que impossibilita analisar as internações pelo código 03.03.01.022-3 - TRATAMENTO DE INFECÇÃO PELO CORONAVIRUS - COVID 19. Para que fosse possível a avaliação do controle da produção precisaríamos do Relatório do SIHD das AIHs aprovadas e pagas com registro do procedimento codificado acima, o que não ocorreu.

Tal circunstância está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, art. 10, inciso I e Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, art. 37; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I item 4.1 alínea n; e Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar - SIH janeiro/2017, item 4.3 p. 9.

Fonte da Evidência: - Relatório extraído do SIHD - Movimento de AIH - SIHD - Hospital Regional José Alencar/Valor Total por Ano/Mês processamento segundo Forma de Organização, referente ao período de março de 2020 a maio de 2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 491/2022, o atual secretário municipal de saúde, o Sr. S.B.N., (representante da pessoa jurídica SMS), em conjunto com o Sr. J.J.G.O. (Chefe do Departamento de Auditoria do SUS do município de Uberaba) encaminharam manifestação por meio do OFÍCIO SMS/SUS/URA/Nº 064/2023, datado de 03/02/2023, contendo vários anexos com documentos referentes às respostas dos itens não conformes. Com relação a esta constatação, foi apresentada: "Informamos que o referido controle é realizado através do médico supervisor/auditor da SMS, Dr. Manoel Lemos Sobrinho, através das rotinas de supervisão hospitalar, que se trata das análises e autorização sistemática (diariamente), de todas as contas hospitalares (AIH's), onde o mesmo verifica através do sistema de regulação SISREG e dos prontuários as informações da internação do paciente, análise e autorização dos procedimentos subsequentes, mudança de procedimentos e de todas as contas pós alta individualmente.

Rotina da supervisão com base aos sistemas de informação, segundo a rotina e fluxo de Regulação e Supervisão do Manual de Sistema de Informação Hospitalar - SIH do Ministério da Saúde:



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



1. Análise e autorização dos procedimentos autorizados através do SISREG: Mudança de procedimentos, procedimentos subsequentes etc.;
2. Análise e autorização das contas hospitalares pós alta, através de: SISREG, prontuários, espelho de conta (antes de ser processada) etc.;
3. Acompanhamento ao fechamento da competência a ser processada, junto ao setor de faturamento hospitalar, quando necessário.
4. Em anexo o processamento detalhado das referidas contas, com a devida forma de organização, para melhor análise, conforme exposto.

Contudo de acordo com as atribuições realizamos o acompanhamento e encaminhamos novamente relatório extraído do SIHD - Movimento de AIH, do Hospital José de Alencar por procedimento do período de março/2020, a maio de 2021, onde pode identificar o procedimento 03.03.01.022-3 - Tratamento de Infecção pelo Coronavírus - COVID-19"

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 492/2022, a pessoa física S.B.N. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade. A única manifestação apresentada configurou-se somente como manifestação da pessoa jurídica da SMS/FMS de Uberaba.

3. Por meio do documento S/N, de 13/02/2022, a pessoa física I.J.S.N. encaminhou manifestação em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 493/2022: "Considerando a menção de impossibilidade de análise das internações ocorridas no período de Março a Dezembro/2020, do código 03.03.01.022-3 - TRATAMENTO DE INFECÇÃO PELO CORONAVIRUS - COVID 19, emitido pelo Relatório de SIHD das AIH's aprovadas e pagas, informo que tal relatório é extraído do Sistema DATASUS e que somente os Municípios tem acesso, portanto, acredito que a Gestão Atual da Secretaria Municipal de Saúde, também incluída como responsável nesta constatação, apresente tal relatório.

Anexamos (ANEXO VI), para conhecimento, relatórios extraídos do sistema Tabwin, (sistema público), por procedimentos, subgrupos, CID e óbitos, os quais apresentam os quantitativos de internações realizadas e pagas, do período de março a dezembro/2020."

4. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 494/2022, a pessoa física J.L.R. foi notificada e enviou manifestação datada de 12 de dezembro de 2022, alegando que não possui qualquer responsabilidade quanto aos fatos apresentados no relatório Preliminar e que jamais praticou qualquer irregularidade durante o período de 01 a 20 de janeiro de 2021, período em que atuou junto a SMS de Uberaba. Na manifestação apresentada não consta informação específica sobre esta constatação.

Análise da Justificativa: Em análise das manifestações apresentadas no sentido de justificar/afastar a irregularidade, trazemos a manifestação da SMS Uberaba que informou que o referido controle é realizado através do médico supervisor/auditor por meio das rotinas de supervisão hospitalar tendo como base os Sistemas de Informação. No sentido de comprovar seus esclarecimentos destacou o encaminhamento de documentação referente ao processamento detalhado das referidas contas, com a devida forma de organização para análise, entretanto, não foi identificado anexo a sua manifestação os referidos documentos.

Em sua manifestação o notificado Sr. I.J.S.N., justificou sua impossibilidade de envio do Relatório de SIHD das AIH's (aprovadas e pagas) que é extraído do Sistema DATASUS. O mesmo encaminhou anexo a sua manifestação os Relatórios extraídos do sistema Tabwin, do período de março a dezembro/2020, para conhecimento. Em relação a essa documentação apresentada destacamos que as mesmas não foram capazes de contrapor a referida não conformidade, pois detalham somente o movimento de AIHs por Diagnóstico CID (Capítulo), por Subgrupos de Procedimentos e Procedimentos Realizados, não havendo registro das AIHs aprovadas e pagas, o que impossibilita analisar as internações.

Considerando o conjunto das manifestações apresentadas, não foram apresentados documentos comprobatórios capazes de afastar a não conformidade. Propõe-se ao auditado a aplicação da penalidade de advertência escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	13.809.927/0001-19



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Recomendação: Realizar controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital Regional José Alencar, no atendimento de casos da COVID-19, cumprindo a determinação da Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, art. 10, inciso I e Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, art. 37; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I item 4.1 alínea n; e Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar - SIH janeiro/2017, item 4.3 p.9.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	13.809.927/0001-19

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 646418

Subgrupo: Convênios

Item: Prestação de Contas

Constatação: A SMS não valida os dados e informações referentes à prestação parcial e/ou total de contas do Hospital Regional José Alencar conforme estabelecido no Termo de Compromisso nº 819/7265/2020 e normas que regulamentam os repasses.

Evidência: Após análise da documentação extraída do SIG-RES e documentos enviados pelo auditado, verificou-se que foram apresentados os seguintes documentos relativos a validação da prestação de contas parcial de recursos do FES repassados pelo FMS/Uberaba ao Hospital Regional José Alencar.

- Prestação de Contas no SIG-RES dos recursos da Resolução SES/MG nº 7265/2020, sendo o período de referência 03 a 31/12/2020. Foi apresentada também a Prestação de Contas no SIG-RES dos recursos da Resolução SES/MG nº 7295/2020, apesar de o município ter recebido o recurso somente no exercício de 2021.

Considerando que os recursos das Resoluções SES/MG nºs 7395/2021, 7384/2021, 7396/2021, 7446/2021, 7482/2021, 7595/2021, 7480/2021, 7502/2021, 7538/2021, 7603/2021, 7643/2021, 7564/2021 e 7461/2021 foram repassados no exercício de 2021, o prazo de obrigatoriedade para apresentação das prestações de contas e validação da SMS no GEICOM será somente no exercício de 2022.

Até o encerramento da fase operativa desta auditoria não havia sido apresentada a Prestação de Contas no GEICOM dos recursos da Resolução SES/MG nº 7265/2020 repassados ao FMS/Uberaba no exercício de 2020. Apesar de ter sido incluída a prestação de contas do exercício de 2020 no SIG-RES relativa à Resolução SES/MG nº 7265, não houve a inclusão e validação da Prestação de Contas no GEICOM conforme determina o Termo de Compromisso que viabilizou o repasse, estando portanto em desacordo com o Termo de Compromisso nº 819/7265, Cláusula segunda, item I, alínea "x" e Resolução SES/MG nº 4.606/2014, art. 5º, caput.

Fonte da Evidência:

- Cópia digitalizada da Prestação de Contas no SIG-RES dos recursos da Resolução SES/MG nº 7265/2020,
- Cópia digitalizada da Prestação de Contas no SIG-RES dos recursos da Resolução SES/MG nº 7295/2020,
- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 12208/2020 e transferência bancária.
- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 4443/2021 e transferência bancária.
- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 7466/2020 e transferência bancária.
- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 1810/2020 e transferência bancária.
- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 14277/2020 e transferência bancária.
- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 3323/2021 e transferência bancária.
- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 1771/2021 e transferência bancária.
- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 10771/2020 e transferência bancária.
- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 14279/2020 e transferência bancária.
- Cópia digitalizada da Nota de empenho nº 1828/2021 e transferência bancária
- Cópia digitalizada dos Extratos Bancários da Conta Corrente BB-109529-3 dos meses: dezembro/2020 a janeiro/2021.
- Cópia digitalizada do Extrato bancários da Conta Corrente BB-109559-5 dos meses de fevereiro a agosto de 2021.
- Cópia digitalizada do Extrato bancário da Conta Corrente nº BB-109955-8 dos meses de maio a agosto de 2021.
- Cópia digitalizada do Extrato bancário da Conta Corrente nº BB-0110376-8 do mês de maio a agosto de 2021.
- Cópia digitalizada do Extrato bancário da Conta Corrente nº BB-0110699-6 dos meses de julho e agosto de 2021.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Planilha de repasses de recursos para enfrentamento a COVID-19 do FES para o município de UBERABA no período de 01/03/2020 a 31/08/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 491/2022, o atual secretário municipal de saúde, o Sr. S.B.N. (representante da pessoa jurídica SMS), em conjunto com o Sr. J.J.G.O. (Chefe do Departamento de Auditoria do SUS do município de Uberaba) encaminharam manifestação por meio do OFÍCIO SMS/SUS/URA/Nº 064/2023, datado de 03/02/2023, contendo vários anexos com documentos referentes às respostas dos itens não conformes. Entretanto, na documentação apresentada, não consta informações sobre esta constatação especificamente.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 492/2022, a pessoa física S.B.N. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade. A única manifestação apresentada configurou-se somente como manifestação da pessoa jurídica da SMS/FMS de Uberaba.

3. Em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 494/2022, a pessoa física J.L.R. enviou manifestação datada de 12 de dezembro de 2022, alegando que não possui qualquer responsabilidade quanto aos fatos apresentados no relatório Preliminar e que jamais praticou qualquer irregularidade durante o período de 01 a 20 de janeiro de 2021, período em que atuou junto a SMS de Uberaba; Na manifestação apresentada não consta informação específica sobre esta constatação.

Análise da Justificativa: Considerando que não foram apresentadas justificativas específicas para esta constatação, permanece a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	13.809.927/0001-19

Recomendação: Recomenda-se à SMS de Uberaba que valide e insira os dados no GEICOM, referentes à prestação de contas dos recursos repassados no ano de 2020 conforme determinado no Termo de Compromisso nº 819/7265, Cláusula segunda, item I, alínea "x" e Resolução SES/MG nº 4.606/2014, art. 5º, caput.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	13.809.927/0001-19

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 646419

Subgrupo: Plano de Saúde

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: A SMS não promoveu os ajustes no PMS e na PAS inserindo as ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e os submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: A SMS apresentou PMS, com ajustes, do quadriênio 2018-2021, datado de setembro/2020. Na página 337, consta registrado que "Tendo em vista a pandemia da COVID-19, que alterou o cenário epidemiológico em todo o mundo, o Plano Municipal de Saúde 2018-2021 precisou ser ajustado para inclusão das metas, ações e recursos financeiros a serem realizados frente ao Coronavírus, como também ajustes em metas/ações programadas". No item 3 do plano "Eixos, diretrizes, objetivos e metas", foram identificadas metas relativas ao enfrentamento da COVID-19 pela SMS. Quanto a recursos financeiros, no ajuste o PMS passou a contemplar, no item "demonstrativo da programação de despesas com saúde por subfunção, natureza e fonte para o ano de 2020", a fonte 0.161, com previsão de R\$ 3.625.766,52 (três milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) na subfunção 122 - administração geral. Não consta recursos específicos para a COVID-19 na subfunção 302 - assistência hospitalar e



ambulatorial. Dos recursos financeiros relacionados na tabela 01 deste relatório, consta somente uma meta vinculada aos recursos oriundos da Portaria MS/GM nº 1666/2020. Não consta no PMS metas vinculadas aos demais recursos recebidos de origem federal e estadual elencados na tabela 01 e recebidos em 2020 (Portaria MS/GM nºs 480/2020, 774/2020 e Resolução SES/MG nº 7265/2020). O ajuste no PMS foi aprovado pelo CMS em 09/09/2020, conforme Resolução do Conselho Municipal de saúde gestão 2016/2020 número 98.

Quanto PAS de 2020, esta passou por ajustes, sendo identificadas 17 metas relativas a ações desenvolvidas em virtude da pandemia do coronavírus. Quanto a recursos financeiros, o mesmo quadro apresentado no PMS consta na PAS, com os mesmos valores financeiros ajustados. Os ajustes inseridos na PAS 2020 foram aprovados pelo CMS em 09/09/2020, conforme Resolução do Conselho Municipal de saúde gestão 2016/2020 número 99.

Portanto, o não detalhamento dos recursos financeiros recebidos das esferas federal e estadual, elencados na tabela 01 e recebidos em 2020, referentes às Portaria MS/GM nºs 480/2020, 774/2020 e Resolução SES/MG nº 7265/2020, tanto no PMS e na PAS/2020 está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº01/2017, Título IV, Capítulo I, Art. 96, § 3º, inciso I, critério e; Art. 97, § 1º, inciso III e § 3º e NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Item 5.1.

Fonte da Evidência:

- Cópia digitalizada do ajustes Plano Municipal de Saúde 2018 - 2021 - Setembro/2020 (398 páginas).
- Cópia digitalizada da Programação Anual de Saúde 2020 - Ajustes (204 páginas).
- Cópia digitalizada da Resolução do Conselho Municipal de saúde gestão 2016/2020 número 98 de 09/09/2020.
- Cópia digitalizada da Resolução do Conselho Municipal de saúde gestão 2016/2020 número 99 de 09/09/2020.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 491/2022, o atual secretário municipal de saúde, o Sr. S.B.N, (representante da pessoa jurídica SMS), em conjunto com o Sr. J.J.G.O. (Chefe do Departamento de Auditoria do SUS do município de Uberaba) encaminharam manifestação por meio do OFÍCIO SMS/SUS/URA/Nº 064/2023, datado de 03/02/2023, contento vários anexos com documentos referentes às respostas dos itens não conformes. Com relação a esta constatação, foi apresentada: "O município faz a gestão do Hospital Regional José Alencar que através de Termo de Convênio com a Sociedade Educacional Uberabense (SEU) e a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba (FUNEP), atende os 27 municípios da macrorregião.

O hospital Regional José Alencar no ano de 2020 era o Hospital de referência no município para COVID 19, conforme PORTARIA SMS/PMU Nº 09/2020, que instituiu o Plano de Contingência no município para o atendimento de pacientes oriundos do Sistema Único de Saúde (SUS) e referência para a Microrregião Uberaba e Microrregião Frutal/Iturama, conforme Plano Macrorregional de Contingência para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo coronavírus - COVID-19) - Macrorregião Triângulo do Sul.

De acordo com a PORTARIA Nº 480, DE 23 DE MARÇO DE 2020 que estabeleceu recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, disponibilizados aos estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19, em seu Art. 4º traz que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

A PORTARIA Nº 774, DE 9 DE ABRIL DE 2020 que estabeleceu recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19, em seu Art. 4º traz que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus. A NOTA TÉCNICA COSEMS/MG Nº 07/2020 (em anexo) esclarece que diante da republicação da Portaria Nº 774, em edição do Diário Oficial da União em 15 de abril de 2020, que estabeleceu recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a ser disponibilizado em parcela única aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para apoio ao Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus, no montante de R\$ 3.944.360.944,06 (três bilhões, novecentos e quarenta e quatro milhões, trezentos e sessenta mil, novecentos e quarenta e quatro reais e seis centavos), COSEMS - Conselho de Secretarias Municipais de Saúde tem a informar:

. Os recursos financeiros serão destinados ao custeio das ações e serviços de saúde requeridos para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, abrangendo atenção primária, especializada, vigilância em saúde, assistência farmacêutica e outras que se fizerem necessárias;

. As ações e serviços de saúde devem estar previstas no Plano Municipal de Contingência, que está em consonância com



ao planos macrorregionais e plano estadual de contingência (em anexo e disponível no link; <http://uberabacontracovid.com.br/portal/conteudo,49479>);

. A portaria 3.992/2017 no seu art. 2º item I menciona a que os recursos devem ser aplicados na mesma finalidade em cada Programa de Trabalho do Orçamento Geral da União que deu origem aos repasses realizados.

Nos ajustes do Plano Municipal de Saúde 2018-2021 aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde (CMS) no Eixo I, Diretriz 2, Objetivo 1 constam as metas referentes ao Enfrentamento da COVID-19, conforme descritos a seguir:

Eixo Temático I - Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade:

Diretriz 2: Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção no município.

Objetivo 1: Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde no município, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.

Metas:

. Adotar medidas para evitar a disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2) nos serviços públicos de saúde do município de Uberaba, bem como contribuir para tomada de decisão quanto às demais ações necessárias da administração municipal / Elaborar Plano de Contingência e Plano Estratégico para o enfrentamento ao novo coronavírus (SARS-CoV-2);

. Adotar medidas para evitar a disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV2) nos serviços públicos de saúde do município de Uberaba, bem como contribuir para tomada de decisão quanto às demais ações necessárias da administração municipal / Avaliar a disponibilidade de leitos na rede pública de saúde, estabelecendo estratégias para aumentar a quantidade de leitos disponíveis para o SUS e otimizando, nos hospitais do município, os leitos de maior complexidade para atendimento aos pacientes com quadros graves de Covid-19.

Os recursos recebidos em 2020 oriundos das Portarias MS/GM nº 480 e 774/2020 constam na fonte de recurso 0.154 Transferência provenientes do Governo Federal que consta no ajuste do PMS 2018-2021 aprovado pelo CMS na subfunção 122, conforme definido nas Portarias supra mencionadas. A execução orçamentária está na página 381 do ajuste do Plano Municipal 2018-2021, sub função 122 - fonte de recurso 0.154. link dos ajustes do PMS: https://portal.uberaba.mg.gov.br/secretaria_servicos_pagina/93/1.

Na Programação Anual de Saúde (PAS) 2020 aprovada com ajustes pelo CMS, na subfunção 122, meta 7 - Elaborar Plano de Contingência e Plano Estratégico para o enfrentamento ao novo coronavírus (SARS-CoV-2), na página 27, e na PAS 2021, meta 7 - Executar ações referentes ao Coronavírus, entre elas, realizar a Campanha de Imunização, como outras ações necessárias - na página 23, está de acordo com o exposto acima, as ações e serviços de saúde devem estar previstas no Plano Municipal de Contingência, que está em consonância com os planos macrorregionais e plano estadual de contingência. Link da PAS: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,46133>.

Quanto a Resolução SES/MG nº 7265/2020 que autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19, previstos na Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, a título de incentivo emergencial e temporário pela disponibilização de leitos UTI COVID-19, o Termo de Compromisso foi assinado em 17/11/2020 (documento em anexo) e o repasse foi feito em 22/12/2020.

Destacamos que na Programação Anual de Saúde 2020 e 2021, subfunção 302, consta a meta - Custear as atividades desenvolvidas no Hospital Regional. No anexo II da Resolução nº 7265/2020 consta os valores do Incentivo Financeiro definido por Beneficiário - Prestadores públicos municipais, que no caso de Uberaba foi o Hospital Regional José Alencar."

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 492/2022, a pessoa física S.B.N. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade. A única manifestação apresentada configurou-se somente como manifestação da pessoa jurídica da SMS/FMS de Uberaba.

3. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 493/2022, a pessoa física I.J.S.N. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

Análise da Justificativa: Quanto aos recursos das Portarias MS/GM nº 480 e 774/2020, a justificativa informa que os recursos estão descritos no ajuste do PMS 2018-2021 na página 381 do link mencionado. Consultando o documento, é possível ver na sub função 122, fonte de recursos 0.154 um valor total de R\$ 36.408.846,77 de recursos



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



oriundos das transferências do governo federal, porém não foi identificada informação que detalhe a origem desses recursos tampouco de quais políticas de saúde ou portaria se tratam, não sendo possível verificar se nesse valor constam os recursos das portarias em questão. Tal necessidade se justifica conforme preconizado na Portaria de Consolidação nº 1/2017, art. 96, § 3º, inciso I, alínea e "recursos financeiros".

Quanto à PAS, na justificativa consta que na sub função 122, meta 7, na página 27 da PAS 2020 e na meta 7 da PAS 2021, na página 23, estão de acordo com o informado na PMS, sendo que estas ações estão no Plano Municipal de Contingência. Consultando os documento pelo link mencionado, é possível ver que tanto na PAS 2020 e na 2021, constam as metas descritas na justificativa, porém não há menção aos recursos financeiros a serem disponibilizados para execução das ações, conforme preconiza a Portaria de Consolidação nº 1/2017, art. 97, § 1º, inciso III "a previsão da alocação dos recursos orçamentários necessários ao cumprimento da PAS".

Quanto aos recursos da Resolução SES/MG nº 7265/2020, na justificativa não há menção sobre onde está registrado no ajuste do PMS 2018-2021 o recurso recebido pela SMS. Nas PAS 2020 e 2021, a justificativa menciona que há meta prevista quanto ao custeio do Hospital Regional e que por estar previsto no anexo da resolução o hospital como beneficiário, a meta estaria contemplando o recurso. Pelo simples fato de estar previsto o hospital como beneficiário, não há de se fazer correlação com a meta descrita nas PAS 2020 e 2021. Conforme legislação já descrita acima, devem constar previsão dos valores a serem destinados às metas, no caso custeio do hospital, que deve englobar esse recurso recebido do Estado.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	13.809.927/0001-19

Recomendação: Recomenda-se à SMS de Uberaba registre no PMS e na PAS informações sobre os recursos financeiros recebidos e destinados ao Hospital Regional José Alencar, conforme Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV - Do Planejamento, Capítulo I - Das Diretrizes do Processo de Planejamento no Âmbito do SUS, art. 96, § 3º, inciso I, alínea "e" e art. 97, § 1º, inciso III.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	13.809.927/0001-19

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 646420

Subgrupo: Estrutura Organizacional

Item: Organograma/Estrutura Organizacional

Constatação: A SMS apresentou os RDQAs ao CMS e à Câmara de Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da Covid 19.

Evidência: Foram apresentados a esta equipe o 1º, 2º e 3º RDQAs de 2020 e o 1º RDQA de 2021. No 1º RDQA de 2020, dos meses de janeiro a abril, nas páginas 10 e 17 é feita menção a recursos previstos e efetivamente repassados para o enfrentamento à COVID-19 pelo FNS ao município, incluindo os recursos das Portarias MS/GM nºs 480 e 774/2020. Na página 244, há uma breve e sucinta menção as principais ações desenvolvidas para o enfrentamento do COVID-19 pelo município. No 2º RDQA de 2020, dos meses de maio a agosto, há menção a recursos financeiros recebidos para enfrentamento ao COVID do FNS, onde constam as informações relativas aos recursos advindos da Portaria MS/GM nº 1666/2020. Nas páginas 73 e 74 está descrito as ações para enfrentamento a COVID-19 desenvolvidas pelo HRJA, que ficou como referência para



atendimento ao COVID-19 durante a abrangência deste RDQA. No 3º RDQA de 2020, também está mencionados recursos recebidos pelo município para enfrentamento da pandemia. Nas páginas 12, 31 e 35, estão descritos sobre o recebimento do recurso da Resolução SES/MG nº 7265/2020, no montante de R\$ 2.160.000,00 (dois milhões e cento e sessenta mil reais). Entre as páginas 90 e 92 consta as ações desenvolvidas pelo HRJA na abrangência deste RDQA. No 1º RDQA de 2021, consta descrito, na página 26, o recebimento dos recursos das Resoluções SES/MG 7265/2020 (R\$ 2.160.000,00), 7295/2020 (R\$ 1.248.000,00), 7384/2021 (R\$ 1.488.000,00), 7396/2021 (R\$ 1.552.000,00) e 7395/2021 (R\$ 720.000,00), todas destinadas ao custeio de leitos novos de UTI do HRJA. Ressalta-se que estas Portarias e resoluções foram objeto de análise nesta auditoria por terem sido destinadas ao HRJA. Entre as páginas 72 e 76 constam as ações desenvolvidas pelo HRJA neste quadrimestre.

No Ofício CMS nº 37/2020, consta registrado que a SMS solicitou, em 27/05/2020, pauta na reunião do CMS para apresentação do 1º RDQA/2020 e que o documento foi entregue em 28/05/2020 ao CMS. O OFÍCIO/GAB/SMS/Nº 082/2020, de 03/09/2020, solicitou pauta para o dia 28/09/2020 ao CMS para apresentação do 2º RDQA/2020. A Resolução do CMS gestão 2016-2021 número 100, de 26/02/2021, informa que foi apresentado o 3º RDQA/2020. Quanto ao 1º RDQA/2021, a Resolução do CMS gestão 2016-2021 número 102, de 26/05/2021 deu ciência da apresentação deste no conselho.

A Câmara Municipal de Uberaba, por intermédio do presidente da comissão de saúde e saneamento, declarou, em 29/05/2020, que o 1º RDQA/2020 foi apresentado à Câmara e que em 29/09/2020 o 2º RDQA/2020 também foi apresentado. Em 26/02/2021 o presidente da câmara municipal declarou que o 3º RDQA/2020 foi apresentado à Câmara e que em 28/05/2021 o 1º RDQA/2021 também foi apresentado.

Tal fato está em conformidade com Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV, Art. 100 incisos I, II, III; . Lei complementar Nº 141/2012, art. 41; Lei complementar Nº 141/2012, Art. 36, § 5º e art. 41; Resolução CNS Nº 453 de 10/05/2012, da estrutura e funcionamento dos conselhos de saúde, item X e NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3.

- Fonte da Evidência:
- Cópia digitalizada do 1º Relatório Quadrimestral 2020 da SMS de Uberaba.
 - Cópia digitalizada do 2º Relatório Quadrimestral 2020 da SMS de Uberaba.
 - Cópia digitalizada do 3º Relatório Quadrimestral 2020 da SMS de Uberaba.
 - Cópia digitalizada do 1º Relatório Quadrimestral 2021 da SMS de Uberaba.
 - Cópia digitalizada do Ofício CMS nº 37/2020, de 28/05/2020.
 - Cópia digitalizada do OFÍCIO/GAB/SMS/Nº 082/2020, de 03/09/2020.
 - Cópia digitalizada da Resolução do Conselho Municipal de Saúde gestão 2016-2021 número 100 de 26/02/2021.
 - Cópia digitalizada da Resolução do Conselho Municipal de Saúde gestão 2016-2021 número 102 de 26/05/2021.
 - Cópia digitalizada da declaração da Câmara Municipal de Uberaba, de 29/05/2020.
 - Cópia digitalizada da declaração da Câmara Municipal de Uberaba, de 29/09/2020.
 - Cópia digitalizada da declaração da Câmara Municipal de Uberaba, de 26/02/2021.
 - Cópia digitalizada da declaração da Câmara Municipal de Uberaba, de 28/05/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 646421

Subgrupo: Relatório de Gestão

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: O RAG 2020 não contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

Evidência: Em virtude da limitação do espaço neste campo no sistema SISAUD, o texto da evidência consta no Anexo nº 02.

Portanto a não identificação dos valores gastos dos recursos das Portarias MS/GM nºs 774 e 480/2020 e da Resolução SES/MG nº 7265/2020 no ano de 2020 no RAG está em desacordo com a Lei Federal nº 8.142/90, Art. 4º, inciso IV; Lei Complementar nº141/2012, Art. 31, inciso II, Art. 36, §1º e Art. 39, §4º; Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV, Capítulo I, Art. 99 §1º, inciso III, Decreto Federal nº 1.651/1995 Art. 6º, §3º, incisos I e III; Portaria MS/GM nº 774/2020, Art. 5º.

Fonte da Evidência: - Cópia digitalizada Relatório Anual de Gestão (RAG) 2020, versão DIGISUS.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Cópia digitalizada do anexo do RAG 2020 dos valores empenhados e pagos da Portaria MS/GM nº 1666/2020.
- Planilhas SMS denominadas: Resoluções e Portarias COVID 19 utilizadas para custeio do Hospital Regional/SEU e FUNEPU (pagamentos por competência).
- Cópia digitalizada dos extratos bancários da conta corrente 109529-3, Ag. 15-9 do Banco do Brasil dos meses de dezembro/2020 e janeiro a agosto/2021.
- Cópia digitalizada dos extratos bancários da conta corrente 624093-3, Ag. 0160 da CEF dos meses março a dezembro/2020.
- Cópia digitalizada dos empenhos 7466/2020, 1810/2020, 12207/2020, 13284/2020, 12208/2020, 10771/2020, 12210/2020, 1774/2021 e 1787/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 491/2022, o atual secretário municipal de saúde, o Sr. S.B.N, (representante da pessoa jurídica SMS), em conjunto com o Sr. J.J.G.O. (Chefe do Departamento de Auditoria do SUS do município de Uberaba) encaminharam manifestação por meio do OFÍCIO SMS/SUS/URA/Nº 064/2023, datado de 03/02/2023, contento vários anexos com documentos referentes às respostas dos itens não conformes. Com relação a esta constatação, foi apresentada: "A PORTARIA Nº 750, DE 29 DE ABRIL DE 2019 altera a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Sistema DigiSUS Gestor/Módulo de Planejamento - DGMP, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, "Art. 436. O DGMP deve ser obrigatoriamente utilizado pelos estados, Distrito Federal e municípios, para: I - registro de informações e documentos relativos: a) ao Plano de Saúde; b) à Programação Anual de Saúde; e c) às metas da Pactuação Interfederativa de Indicadores; II - elaboração de: a) Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA; e b) Relatório Anual de Gestão - RAG; e III - envio ao Conselho de Saúde respectivo: a) das metas da Pactuação Interfederativa de Indicadores, para inclusão da análise e do parecer conclusivo pelo Conselho, contemplando o fluxo ascendente de que dispõem as resoluções da Comissão Intergestores Tripartite - CIT para a Pactuação Interfederativa de Indicadores; b) do RDQA, para inclusão da análise pelo Conselho, nos termos do art. 41 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; e c) do RAG, para inclusão da análise e do parecer conclusivo pelo Conselho, nos termos do § 1º do art. 36 da Lei Complementar nº 141 de 2012" (NR).

A Secretaria de Saúde de Uberaba para demonstrar a execução orçamentária e financeira no Relatório Anual de Gestão utiliza o sistema DIGISUS que extrai os dados do SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde. Sendo assim, a execução dos recursos oriundos das Portarias 480 e 774 ambas de 2020 foram executados no Item 9. Execução Orçamentária e Financeira / 9.1. Execução da programação por fonte, subfunção e natureza da despesa, Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal, na linha outras subfunções (que contempla as subfunções 061/121/122), pois, o SIOPS sintetiza essas subfunções em outras subfunções - que está no relatório de gestão extraído do DIGISUS.

Print da tela DIGISUS referente ao RAG 2020 abaixo:

Print da tela do SIOPS - 6º bimestre/2020:

Em anexo encaminhamos detalhados os documentos comprobatórios referente aos gastos destas portarias com o Hospital Regional.

No RAG 2020 (link: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteúdo,49128>) aprovado pelo CMS meta 7 - teve como resultado: Foram elaborados os Planos de Contingência e Plano Estratégico para o enfrentamento ao novo Coronavírus e disponibilizado no site da PMU. Links: <http://uberabacontracovid.com.br/portal/conteudo,49479> <http://uberabacontracovid.com.br/portal/conteudo,49478>.

Quanto a Resolução 7265/2020 foi assinado o TERMO DE COMPROMISSO que teve por objeto a adesão do MUNICÍPIO/SMS às regras previstas na Resolução SES/MG nº 7265, de 21 de outubro de 2020, visando à execução de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, mediante a definição de indicadores e metas.

PARÁGRAFO ÚNICO - PARÁGRAFO ÚNICO - O recurso financeiro previsto nesta Resolução deverá ser utilizado para o custeio dos novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) COVID-19 adulto e/ou pediátrico, no SUSFácilMG e outras ações relacionadas ao enfrentamento da COVID-19.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ORÇAMENTO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

a. Pelas ações e serviços de saúde especificados no presente TERMO, a SES/MG repassará ao MUNICÍPIO/SMS o valor total de R\$ 2.160.000,00, conforme previsto no Anexo II da Resolução SES/MG nº 7.265 de 2020.

b. O recurso financeiro será repassado em parcela única do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde em conta exclusiva, após a assinatura do presente TERMO.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



c. As transferências dos recursos financeiros referentes ao exercício 2020, correrão à conta do orçamento do respectivo exercício por meio da Dotação Orçamentária nº 4291.10.302.158.4452.0001 - 334141 - 92.1.

No anexo III da Resolução nº 7265/2020 consta os valores do Incentivo Financeiro definido por Beneficiário - Prestadores públicos municipais, que no caso de Uberaba foi o Hospital Regional José Alencar.

O Termo de Compromisso foi assinado em 17/11/2020 (documento em anexo) e o repasse foi feito em 22/12/2020, portanto, foi executado no ano de 2021.

Sendo assim, a execução dos recursos oriundos da Resolução SES/MG 7265/2020 foi executado no Item 9. Execução Orçamentária e Financeira / 9.1. Execução da programação por fonte, subfunção e natureza da despesa, na subfunção 302 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual que está no relatório de Gestão de 2021 extraído do DIGISUS. Em anexo encaminhamos detalhados os documentos comprobatórios referente aos gastos desta Resolução como Hospital Regional.

Destacamos que no Relatório Anual de Gestão 2020 e 2021, subfunção 302, consta o resultado da meta - Custear as atividades desenvolvidas no Hospital Regional.

Diante do exposto, ressaltamos que como o Hospital Regional José Alencar foi instituído como referência no município para COVID 19, o recurso recebido da Resolução SES/MG 7265 foi utilizado no custeio do estabelecimento, conforme os termos de convênio ajustado entre as partes para a gestão do Hospital. Em anexo VIII Termo Aditivo ao Termo de Convênio SUS/Uberaba/Nº 231/2017 e 232/2017 e anexo único "Documento Descritivo".

Salientamos que nas prestações de contas do Relatório Quadrimestral do Ano Anterior (RDQA) dos anos de 2020 e 2021 são apresentadas informações mais detalhadas da execução física e financeira, e, que no período em que as auditoras estiveram presencialmente no município, recebemos a orientação de agregar o RDQA apresentado na Casa Legislativa e ao Conselho Municipal de Saúde referente ao último quadrimestre, que é apresentado também o acumulado do ano, ao Relatório de Gestão, a qual foi acatada e passamos a incorporar esta recomendação. Vimos buscando aprimorar os mecanismos e os processos de trabalho de forma a dar lisura e transparência.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 492/2022, a pessoa física S.B.N. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade. A única manifestação apresentada configurou-se somente como manifestação da pessoa jurídica da SMS/FMS de Uberaba.

Análise da Justificativa: Na justificativa apresentada, a SMS menciona que extrai os dados dos recursos financeiros para elaboração do RAG do SIOPS, que alimenta o sistema DIGISUS com essas informações. Na justificativa conta que em anexo foram encaminhados os documentos comprobatórios referentes a estas despesas com o hospital, porém no e-mail enviado pelo servidor JJGO, em 03/02/2023, não consta tais anexos. Portanto, considerando que no RAG 2020 consta somente anexo documento relativo aos gastos da Portaria MS/GM nº 1666/2020, direcionados ao HRJA e que na justificativa não foram apresentados documentos equivalentes relativos às Portarias MS/GM nºs 774 e 480/2020, não fica acatada a justificativa para esses recursos.

Quanto aos recursos da Resolução SES/MG 7265/2020, a justificativa informa que o Termo de Compromisso foi assinado em 17/11/2020 e que este está em anexo, porém o mesmo não consta nos documentos encaminhados pelo servidor JJGO, em 03/02/2023, via e-mail. Argumenta que o recurso foi recebido em 22/12/2020 e executado em 2021. Como a constatação não abrange o RAG 2021, não foi objeto de análise o documento mencionado na justificativa. Em consulta ao site [http://www.uberaba.mg.gov.br:8080/portal/acervo/saude/arquivos/2020/RAG/RAG%20financeiro%20completo%](http://www.uberaba.mg.gov.br:8080/portal/acervo/saude/arquivos/2020/RAG/RAG%20financeiro%20completo%202021.pdf), no documento "Item II - Execução Física e Financeira", constam nas páginas 7 e 25, informações sobre o recurso estar em conta corrente, no valor de R\$ 2.160,00,00 (dois milhões e cento e sessenta mil reais). Portanto, para este recurso específico, fica acatada a justificativa.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, as justificativas foram parcialmente acatadas, permanecendo a não conformidade quanto a não identificação dos valores gastos dos recursos das Portarias MS/GM nºs 774 e 480/2020.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	13.809.927/0001-19



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



SETIMO BOSCOLO NETO

196.445.666-53

Recomendação: Recomenda-se à SMS de Uberaba registre no RAG informações detalhadas sobre os recursos financeiros recebidos e destinados ao Hospital Regional José Alencar, conforme Lei Complementar nº141/2012, Art. 36, §1º e Art. 39, §4º; Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV, Capítulo I, Art. 99§1º, inciso III.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	13 809.927/0001-19

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 646422

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: A SMS não promoveu a devida alteração/complementação na LDO/LOA para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

Evidência: Foi analisada pela equipe, documentação disponibilizada pela a SMS e também documentos obtidos em consulta ao portal da transparência do Município de Uberaba.

Foram apresentadas a equipe, a Lei nº 13.276 de 07/07/2020 que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária (LDO) para o exercício de 2021 e a Lei nº 13.091 de 04/07/2019 que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária (LDO) para o exercício de 2020. Verificou-se que a LDO de 2020 é de 04/07/2019 (data anterior à pandemia), entretanto não foram apresentadas versões posteriores do referido documento que contemplassem alterações relacionadas parte da saúde para enfrentamento a COVID. Já com relação a LDO de 2021 observou-se que a mesma não menciona que a Lei Orçamentária ou seus créditos adicionais poderão conter dotação específica destinada ao enfrentamento a pandemia do COVID-19. Foi apresentada a equipe também documento intitulado Folha de Informações e Despachos (FID) nº 107/153307/2021 do Departamento de Planejamento Orçamentário datada de 11/08/2021, no qual consta informação de que não ocorreram alterações ou complementações as referidas leis (LDOs).

Em consulta ao Portal da Transparência do município de Uberaba foram conferidos os seguintes instrumentos: Lei nº 13.173 de 05/12/2019 que estima a receita e fixa a despesa do município de Uberaba-MG (LOA) para o exercício de 2020 e a Lei nº 13.376 de 09/12/2020 que estima a receita e fixa a despesa do município de Uberaba-MG (LOA) para o exercício de 2021.

Verificou-se que a LOA de 2020 é de 05/12/2019 (data anterior à pandemia), entretanto não foram apresentadas versões posteriores do referido documento que contemplassem alterações relacionadas parte da saúde para enfrentamento a COVID-19.

Já com relação a LOA de 2021, em conferência aos anexos desta lei não foi observado detalhamento na classificação orçamentária por fonte de recursos, que permita identificar a destinação do recurso ao enfrentamento da pandemia e se foi criado programa ou ação específica para as despesas relacionadas a COVID-19. Em consulta ao Portal da Transparência do município não foram encontradas alterações das referidas LOAS.

Tal fato está em desacordo com o Decreto Federal nº 10.360/2020 art. 1º incisos I, II e III e com a Instrução Normativa Nº 41/2020, art. 2º incisos I, II alíneas a, b e c e inciso III, Emenda Constitucional nº 106/2020, art.5º, inciso I, Lei nº 4.320/1964 artigos 41 ao 46, Nota Técnica SEI nº 21231/2020/ME e Nota Técnica SEI nº 12774/2020/ME ambas da Secretaria do Tesouro Nacional/Subsecretaria de Contabilidade Pública.

Fonte da Evidência:

- Cópia digitalizada da Lei nº 13.091 de 04/07/2019 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020
- Cópia digitalizada da Lei nº 13.276 de 07/07/2020 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021
- Cópia digitalizada da Lei nº 13.173 de 05/12/2019 Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020
- Cópia digitalizada da Lei nº 13.376 de 09/12/2020 Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021
- Cópia digitalizada da Folha de Informações e Despachos (FID) nº 107/153307/2021 do Departamento de Planejamento Orçamentário datada de 11/08/2021

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 491/2022, o atual secretário municipal de saúde, o Sr. S.B.N, (representante da



pessoa jurídica SMS), em conjunto com o Sr. J.J.G.O. (Chefe do Departamento de Auditoria do SUS do município de Uberaba) encaminharam manifestação por meio do OFÍCIO SMS/SUS/URA/Nº 064/2023, datado de 03/02/2023, contendo vários anexos com documentos referentes às respostas dos itens não conformes. Com relação a esta constatação, foi apresentada uma Nota Técnica assinada pelo Chefe do Departamento Orçamentário e Financeiro, pela Diretora Técnica e Diretoria Executiva da SMS. Nela consta a seguinte argumentação: A execução orçamentária relativa à utilização de recursos financeiros oriundo do Ministério da Saúde destinados ao custeio das ações e serviços relacionados à atenção primária à saúde e a assistência ambulatorial e hospitalar decorrente do coronavírus COVID-19, foi pautada na Abertura de Créditos na LOA - Lei Orçamentária Anual/2020 por meio de Créditos Extraordinários dos recursos financeiros recebidos e não previstos no orçamento e Abertura de Créditos /Excesso de /Superávit na LOA 2021/2022, objetivando gerenciar em sub-função e fontes específicas criadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais as despesas com enfrentamento da COVID-19.

Ressalta ainda que quando da elaboração do PPA - Quadriênio 2022/2025 - Lei 13.480/2021 de 3 de setembro de 2021 e revisada pela Lei 13.550 de 14 de dezembro de 2021, foi incluso no programa 101 - Fortalecimento do Sistema Municipal de Saúde na sua função 122 a Ação específica 2042 - Emergência em Saúde Pública, que está devidamente compatível com a LDO e LOA para exercício de 2023 estando a citadas peças orçamentárias no exercício financeiro de 2023. Disponibiliza link para acesso as leis municipais: 13.480/2021, 13.550/2021, 13.484/2021, 13.551/2021, 13.745/2022, 13.748/2022 e 13.749/2022.

2. Em Resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 493/2022, a pessoa física I.J.S.N. enviou manifestação datada de 13 de fevereiro de 2023, esclarecendo que no organograma da Prefeitura Municipal de Uberaba, existe a AGOC - Assessoria de Orçamento e Controle, setor vinculado à Chefia de Gabinete, responsável por instituir e gerenciar a política estratégica de planejamento orçamentário do Município de Uberaba, estabelecendo normas e metodologias para a elaboração do Plano Plurianual e das Leis de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais, promovendo a análise e consolidação dos créditos Adicionais Suplementares, Especiais e Extraordinários, ficando ainda responsável por todas as tratativas junto ao Poder Legislativo.

Esclarece ainda que todas as necessidades de Crédito Adicionais da época eram remetidas a AGOC, para que a SMS executasse as despesas através da emissão das notas de empenho, a fim de atender as despesas de caráter continuado bem como aquelas direcionadas ao combate à pandemia portanto a AGOC era o órgão responsável por alterar e ou complementar a LDO/LOA, caso entendesse a necessidade.

Justifica que as orientações técnicas a época, quanto aos procedimentos contábeis a serem adotados em relação aos recursos recebidos foi de que os recursos eram exclusivos para custeio das nações e serviços de saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19, com livre aplicação para toda e qualquer ação de enfrentamento, inclusive pagamento de pessoal de profissionais que estivessem engajados no combate à pandemia e, que deveriam obedecer a classificação orçamentária adotada pelo governo federal, ou seja, função 10 e sua função 122 (Administração geral) vinculada a fonte federal 1.54 - Recursos extraordinários, pois os recursos financeiros deveriam ser aplicados na mesma finalidade do Programa de Trabalho do Orçamento Geral da União que deram origem aos repasses realizados, por exemplo, se o município recebeu receita com recursos oriundos da subfunção 122 teria que gastar na subfunção 122, e que se já houvesse na LOA/2020 uma ação orçamentária com a respectiva classificação orçamentária, que poderia se utilizar da mesma, bastando suplementar as fichas de despesas nos respectivos valores de utilização e nas fontes respectivas, por Crédito Adicional Suplementar e/ou Extraordinário e, explicitando em todas as despesas decorrentes da pandemia, no campo do "histórico da nota do empenho" a palavra COVID-19 o que foi plenamente cumprido, constando como "marcador" permitido através do inciso I do artigo 5º da Emenda Constitucional 106/, inclusive com demonstrações dos gastos com COVID 19, através do envio regular do SIOPS.

Foram anexadas a defesa:

ANEXO V denominado: Quadro de Detalhamento da Despesa - Exercício 2020, contendo a cópia somente de uma folha com a fonte 0-154 destacada;

ANEXO VI denominado: Notas Técnicas emitidas pelo COSEMS, contendo entre outras: NOTA TÉCNICA COSEMS/MG Nº 15/2020, referente Portaria nº 1666/2020/ANEXO sobre a Portaria nº 245/2020; NOTA TÉCNICA COSEMS/MG Nº 13/2020, sobre a Lei 13.995/2020 e as Portarias nº 1393/2020 e 1448/2020; NOTA TÉCNICA COSEMS/MG Nº 07/2020, sobre a Portaria 774/2020; NOTA TÉCNICA COSEMS/MG Nº 06/2020, com recomendações sobre recursos federais, estaduais e municipais para enfrentamento a COVID (Utilização e prestações de contas).



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Análise da Justificativa: 1. Com relação a manifestação apresentada pela Pessoa Jurídica da SMS/FMS/Uberaba, traz argumentação, afirmando que a execução orçamentária relativa à utilização de recursos financeiros oriundo do Ministério da Saúde (MS) destinados ao custeio das ações e serviços relacionados à atenção primária à saúde e a assistência ambulatorial e hospitalar decorrente do coronavírus COVID-19, foi pautada Abertura de Créditos na LOA - Lei Orçamentária Anual/2020 por meio de Créditos Extraordinários dos recursos financeiros recebidos e não previstos no orçamento e Abertura de Créditos /Excesso de /Superávit na LOA 2021/2022, objetivando gerenciar em sub-função e fontes específicas criadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais as despesas com enfrentamento da COVID-19, entretanto não apresentou como comprovação da documentação relativa a abertura destes créditos especiais. Ademais o auditado menciona apenas em sua defesa somente recursos do MS, entretanto o município recebeu recursos também do FES. O restante da argumentação do auditado se refere aos exercícios de 2022 e 2023, que não fazem parte da abrangência desta auditoria. A manifestação apresentada pela SMS (pessoa jurídica) não trouxe elementos suficientes para afastar a não conformidade.

2. Em análise a manifestação apresentado pela pessoa física I.J.S.N, que foi gestor da SMS/FMS durante todo exercício de 2020: primeiramente em conferência as Anexos II e III foi observado nos empenhos: no campo - Subfunção: 305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, no campo "Programa": 26 - ENFRENTAMENTO DOS EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 e na AÇÃO: 1008: - ENFRENTAMENTO AO CORONAVIRUS, fonte de recursos: 92 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO VINCULADOS A SAÚDE - BLOCO CUSTEIO.

Neste caso aqui observa-se que o empenho seguiu corretamente a dotação orçamentária das Resoluções SES/MG nºs 7265/2020 e 7295/2020.

Com relação ao Anexo V, foi observado que consta somente: Quadro de Detalhamento da Despesa - Exercício 2020, folha do órgão 15- SMS, Unidade Orçamentária: 1510 - FMS, funcional programática: 10.122.201.2002.000 - Gestão e Aperfeiçoamento do SUS, no qual o auditado destacou as despesas na Fonte 0-154. Neste caso o auditado destacou somente a fonte 1.54 - (FNS) que se trata de Outras transferências de Recursos do SUS, mas foi possível identificar também a fonte FMS (1.02) no referido documento. Não foi apresentado a parte relativa a sub-função 305, na qual foram emitidos os empenhos apresentados nos Anexos II e III.

A argumentação apresentada pela pessoa física I.J.S.N., se refere somente ao exercício de 2020. A legislação para embasar a não conformidade cita como deve ocorrer a alteração da Lei Orçamentária da União (que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020) e não obriga o município a alterar a sua Lei. Portanto as justificativas apresentadas pelo Sr. I.J.S.N. foram acatadas.

Por fim, avaliando-se as manifestações apresentadas, as justificativas não foram suficientes para afastar a não conformidade relativa ao exercício de 2021. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	13.809.927/0001-19

Recomendação: Recomenda-se a SMS de Uberaba promover a devida alteração/complementação na LDO e LOA referentes aos exercício de 2021 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19, de acordo com o Decreto Federal Nº 10.360/2020 (art. 1º, incisos I, II e III) e a Instrução Normativa Nº 41/2020 (art. 2º, incisos I, II alíneas a, b e c e o inciso III).

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	13.809.927/0001-19



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 26/10/2022

Ofício Nº: 4912022

Data: 26/10/2022

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Jurídica Dr. Sétimo Bóscolo Neto Secretário Municipal de Saúde

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 26/10/2022

Ofício Nº: 4922022

Data: 26/10/2022

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Física

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 26/10/2022

Ofício Nº: 4932022

Data: 26/10/2022

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Física

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 26/10/2022

Ofício Nº: 4942022

Data: 26/10/2022

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Física

VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Notificação de Relatório Preliminar encaminhado por meio do Ofício SES/AUDSUS nº 491/2022 de 25/10/2022, ao Sr. S.B.N. (representante legal da pessoa jurídica SMS/FMS/Uberaba), recebido em 17/11/2022, conforme AR nº BR 46085981 8 BR, Ofício SES/AUDSUS nº 492/2022 de 25/10/2022 ao Sr. S.B.N. (pessoa física), recebido em 16/11/2022, conforme AR nº BR 46085982 1 BR, Ofício SES/AUDSUS nº 493/2022 de 25/10/2022 ao Sr. I.J.S.N. (pessoa física), recebido em 16/12/2022, conforme AR nº BR 44405284 1 BR e Ofício SES/AUDSUS nº 494/2022 de 25/10/2022 a Sra. J.L.R. (pessoa física), recebido em 11/11/2022, conforme AR nº BR 46085983 5 BR. Foi encaminhada solicitação de prorrogação de prazo pela SMS de Uberaba (em resposta aos OFÍCIOS SES/AUDSUS nºs 491, 492 e 494), por meio do OFÍCIO SMS/SUS/URA/Nº 183/2022 de 24/11/2022. Foi formalmente concedido a dilação de prazo pelo AUDSUS/SES/MG por meio do Ofício SES/URSUDI-ARAS-SUS/MG nº. 7/2022, datado de 05/12/2022 para os destinatários dos OFÍCIOS SES/AUDSUS nºs 491 e 492 e Ofício SES/URSUDI-ARAS-SUS/MG nº. 8/2022, datado de 05/12/2022, destinado a Pessoa física destinatária do Ofício SES/AUDSUS nº 494/2022.

Por meio do OFÍCIO SMS/SUS/URA/Nº 064/2023, de 03/02/2023, o Sr. S.B.N. (representante legal da pessoa jurídica da SMS/FMS/Uberaba), em conjunto com o Sr. J.J.G.O. (Chefe do Departamento de Auditoria do SUS do município de Uberaba) encaminharam manifestações referentes ao Relatório Preliminar de Auditoria, que foram avaliadas por esta equipe e consideradas somente como manifestação da pessoa jurídica da SMS. Foi encaminhado também manifestações pelas pessoas físicas: J.L.R. datada de 12/02/2022 e I.J.S.N. , datada de 13/02/2023. Estas manifestações apresentadas também foram avaliadas pela equipe.



Transcorrido o período regulamentar, a pessoa física S.B.N. notificada por meio do Ofício SES/AUDSUS nº 492/2022 não se manifestou, uma vez que no OFÍCIO SMS/SUS/URA/Nº 064/2023, não consta informações se a manifestação seria também pela pessoa física.

VIII - CONCLUSÃO

A auditoria na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Uberaba foi realizada de acordo com o Regulamento do Sistema de Auditoria Assistencial da Secretaria de Estado de Saúde, aprovado pela Resolução SES-MG nº 2.906, de 24/08/2011.

Cumpriu-se com o objetivo da auditoria, quanto a verificação na SMS de Uberaba quanto ao seu papel de orientar a organização dos serviços no cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas no enfrentamento da COVID-19.

A SMS celebrou instrumentos jurídicos com a Sociedade Educacional Uberabense (SEU) e a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba (FUNEPU) para o repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e Municipal) referentes ao enfrentamento da COVID-19 e destinados às ações de média e alta complexidade do Hospital Regional José Alencar, entretanto estes instrumentos não atenderam integralmente às normas que viabilizaram os repasses.

Quanto aos recursos financeiros, a SMS repassou recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), Fundo Estadual de Saúde (FES) e recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde para as instituições: SEU e FUNEPU no valor de R\$ 23.690.360,26 (vinte e três milhões, seiscentos e noventa mil, trezentos e sessenta reais e vinte e seis centavos), para serem utilizados nas ações de Média/Alta complexidade no enfrentamento a COVID-19, no Hospital Regional José Alencar. A SMS aplicou adequadamente os recursos conforme previsto nas legislações. Os processos de pagamentos realizados pela SMS/FMS estão de acordo com o preconizado pela legislação.

A SMS não validou os dados e informações referentes à prestação parcial e/ou total de contas do Hospital Regional José Alencar conforme estabelecido no Termo de Compromisso nº 819/7265/2020 e normas que regulamentam os repasses.

Em relação às questões assistenciais, verificou-se que a SMS apresentou fragilidades nos mecanismos de Monitoramento, Controle e Avaliação do HRJA, uma vez que não realiza o acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com a SEU e a (FUNEPU) para gerenciamento e execução de ações no enfrentamento da COVID-19 no Hospital Regional José Alencar, conforme determina os termos de convênio; não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital Regional José Alencar.

Verificou-se ainda, que os instrumentos de gestão (Plano Municipal de Saúde-PMS 2018-2021, Programação Anual de Saúde-PAS 2020), apesar de sofrerem alterações aprovadas pelo CMS, não foram ajustados com relação ao detalhamento dos recursos financeiros recebidos das esferas federal e estadual, necessários para o enfrentamento à pandemia.

Os Relatórios Detalhados dos Quadrimestres Anteriores (RDQA) foram apresentados ao CMS, bem como à Câmara Legislativa.

Quanto ao RAG 2020, ele não detalha as despesas e não apresenta as ações realizadas na prevenção e assistência à COVID-19, relacionados aos valores gastos dos recursos das Portarias MS/GM nºs 774 e 480/2020.

Não foram promovidas as devidas alterações/complementações na LDO/LOA para o exercício de 2021 para fins de identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

Recomenda-se que a SMS de Uberaba mantenha a observância aos preceitos legais, com vistas à garantia da qualidade da atenção prestada aos usuários do SUS.

Encaminhamentos:

Encaminhamento de Relatório Final de Auditoria nº. 672 para conhecimento e interposição de recurso em 2ª Instância:

1. Ofício de Aplicação de Penalidade de Relatório Final de Auditoria à SMS de Uberaba (pessoa jurídica) com encaminhamento deste Relatório Final de Auditoria
2. Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria ao Sr. S.B.N.
3. Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria ao Sr. I.L.S.N.
4. Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria a Sra. J.L.R.

Transcorridas todas as fases e comunicados os resultados finais do processo administrativo, poderá ser dada ciência:

1. À Superintendência Regional de Saúde de Uberaba.
2. Ao Conselho Municipal de Saúde de Uberaba.



IX - FOLHA DE ASSINATURA

Equipe:

Nome	CPF
------	-----

X - ANEXOS

Evidência da constatação nº 646409





Anexo nº 01 - Evidência da Constatação nº: 646409

O Hospital Regional José Alencar é público vinculado à Administração Direta do município de Uberaba, e desde 18/08/2017 possui o Termo de Convênio SUS/UBERABA nºs 231/2017 e 232/2017 celebrado com a Sociedade Educacional Uberabense (SEU) e a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba (FUNPEU), que tem por objeto o gerenciamento e execução plenos de atividade, ações e serviços de saúde no HRJA. Compete a SEU, buscar atingir integralmente o Documento Descritivo/Plano de Trabalho, que constitui parte integrante do convênio com ações estratégicas e metas. Compete a FUNPEU, buscar atingir integralmente o Documento Descritivo/Plano de Trabalho, exclusivamente quanto a contratação de médicos (pessoa física e/ou pessoa jurídica) para todos os serviços ambulatoriais e de internação que se fizerem necessários para o pleno funcionamento da unidade hospitalar.

O FMS de Uberaba recebeu os seguintes recursos destinados ao Hospital Regional que foram repassados as convenientes SEU e FUNPEU conforme descrito na Tabela 01 deste Relatório:

Recursos do FES:

- Resolução SES/MG nº 7265/2020 (Termo de Compromisso nº 819/7265) no valor de R\$ 2.160.000,00 (dois milhões e cento e sessenta mil reais)
- Resolução SES/MG nº 7395/2020 (1º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso nº 819) no valor de R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais)
- Resolução SES/MG nº 7295/2020 (Termo de Compromisso nº 819/7295) no valor de R\$ 1.248.000,00 (um milhão e duzentos e quarenta e oito mil reais).
- Resolução SES/MG nº 7384/2020 (1º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso nº 819/7295) no valor de R\$ 1.488.000,00 (um milhão e quatrocentos e oitenta e oito mil reais).
- Resolução SES/MG nº 7396/2020 (2º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso nº 819) no valor de R\$ 1.552.000,00 (um milhão quinhentos e cinquenta e dois reais).

Recursos do FNS:

- Portaria GM/MS nº 480/2020 no valor de R\$ 954.612,45 (novecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e doze reais e quarenta e cinco centavos).
- Portaria GM/MS nº 774/2020 no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).
- Portaria GM/MS nº 1666/2020 no valor de R\$ 12.505.431,01 (doze milhões, quinhentos e cinco mil, quatrocentos e trinta e um reais e um centavo)

Foi apresentado ainda o Ofício SMS/DAR nº 280/2021 de 06 de outubro de 2021 prestando alguns esclarecimentos acerca da celebração dos convênios nºs 231/2017 e 232/2017 e respectivos Termos aditivos.

Após leitura e análise dos respectivos documentos, verificou-se que somente o Termo Aditivo VI menciona a Portaria GM/MS nº 774/2020 como fonte de recursos entre outras e o Aditivo



Evidência da constatação nº 646409

XIII trata especificamente de repasses da Resolução SES/MG nº 7461/2021 e da Portaria GM/MS nº 2624/2020 (que ainda não tinha sido repassados as convenientes até a data da operativa).

Em atendimento a solicitação contida no ofício de comunicação de auditoria, a SMS apresentou a equipe o Termo de Convênio SUS/UBERABA nºs 231/2017 e 232/2017 e os seguintes termos aditivos ao respectivo Termo de convênio:

O Aditivo VI que tem como objeto: autoriza repasse financeiro para contratação de empresa especializada para manutenção equipamentos cedidos ao Hospital no período do coronavírus.

O Aditivo VIII que tem como objeto: implementação de novo e Descritivo/Plano de Trabalho, temporário para atender situação excepcional decorrente da pandemia da COVID-19. Define que os valores a serem repassados as convenientes a serem pagos durante a pandemia da COVID serão determinados tendo por base as fases efetivamente abertas na UTI-Adulto e na clínica médica.

O Aditivo IX que tem como objeto: implementação de novo documento descritivo/Plano de trabalho temporário para atender a situação excepcional decorrente da pandemia da COVID-19, abrangendo cirurgias eletivas.

O Aditivo X que tem como objeto: adequação contratual decorrente de alteração no Plano de Trabalho.

O Aditivo XI que tem como objeto: implementação de novo documento descritivo/Plano de trabalho temporário, para atender a situação excepcional decorrente da pandemia da COVID, modificando o perfil assistencial do hospital passando para atendimento exclusivo COVID. Convalida ainda os atos praticados a partir de 22/01/2021 com vigência de 120 dias.

O Aditivo XII que tem como objeto: prorrogação da vigência de documento descritivo constante no Aditivo IX.

O Aditivo XIII que tem como objeto: cumprimento das determinações contidas nas: PORTARIA GM/MS nº 2624/2020 e RESOLUÇÃO SES/MG nº 7461/2021.

Após leitura e análise dos respectivos documentos, verificou-se que O Aditivo IX contem a dotação orçamentária da fonte 102 (recurso próprio do FMS) e que somente o Aditivo VI menciona a Portaria GM/MS nº 774/2020 como fonte de recursos entre outras e o Aditivo XIII trata especificamente de repasses da Resolução SES/MG nº 7461/2021 e da Portaria GM/MS nº 2624/2020.

Os demais fazem referências ao enfrentamento da COVID-19, inclusive o aditivo IX determina separação das notas fiscais entre COVID e NÃO COVID, mas não discriminam a fonte de recurso financiadora de forma a evidenciar de qual Resolução SES/MG e/ou Portaria Ministerial se refere.



Evidência constatação 646421

Anexo 02

Evidência da constatação 646421

Evidência: No RAG 2020 apresentado, versão do DIGISUS, constam os resultados alcançados em relação às diretrizes, objetivos, metas e indicadores estabelecidas na PAS e executadas no exercício 2020. Quanto aos recursos financeiros foi objeto de análise por esta auditoria no RAG somente os valores que foram transferidos ao FMS pelos FNS e FES para enfrentamento ao COVID-19 e destinados ao HRJA, no ano de 2020 e que constam relacionados no anexo na tabela 01 a saber:

- Portaria MS/GM nº 1666/2020, recebida em 14/07/2020, 20/08/2020 e 21/08/2020.
- Portaria MS/GM nº 774/2020, recebida em 09/04/2020.
- Portaria MS/GM nº 480/2020, recebida em 30/03/2020.
- Resolução SES/MG nº 7265/2020, recebida em 03/12/2020.

Consta quadro demonstrativo, no item 9.5 do RAG, das transferências de recursos advindos da União para aplicação do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional – Coronavírus (COVID-19), no total de R\$ 73.391.303,96 (setenta e três milhões, trezentos e noventa e um mil, trezentos e três reais e noventa e seis centavos). Não consta detalhamento da origem dos recursos que compõem esse total. No site da prefeitura de Uberaba, no link <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,49128> consta o RAG 2020 e os anexos, os quais foram disponibilizados para o CMS conforme descrito no OFÍCIO/SMS/DPSES/Nº 003/2021. Em consulta aos anexos, foi verificada uma planilha com a relação dos valores empenhados e pagos da Portaria MS/GM nº 1666/2020 no ano de 2020. Nesta planilha não consta estratificado para quem foi realizado o pagamento. Só foi possível identificar os pagamentos realizados para a FUNEPU e a SEU quando compatibilizados os números dos empenhos com os dados fornecidos pela SMS nas planilhas de controle das resoluções e portarias COVID-19 utilizadas para custeio do HRJA. No ano de 2020 foram empenhados R\$ 12.626.360,42 (doze milhões, seiscentos e vinte e seis mil, trezentos e sessenta reais e quarenta e dois centavos) e pagos R\$ 10.317.351,21 (dez milhões, trezentos e dezessete reais, trezentos e cinquenta e um reais e vinte e um centavos) relativos a esta portaria. Do total pago, R\$ 5.420.537,98 (cinco milhões, quatrocentos e vinte mil, quinhentos e trinta e sete mil e noventa e oito centavos) foram destinados ao custeio do HRJA. Quanto aos recursos da Portaria MS/GM nº 774/2020 não foram identificadas informações detalhadas quanto à utilização dos recursos em 2020. Por meio da análise do documento “Resoluções e Portarias COVID-19 utilizadas para o custeio do Hospital Regional” consta que foi repassado R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) à FUNEPU em 28/07/2020, referente à competência junho/2020, informação está que não foi possível identificar no RAG e seus anexos. Ressalta-se que as Portarias MS/GM nºs 1666 e 774/2020 possuem



Evidência constatação 646421

cláusulas exclusivas que discorrem que a prestação de contas dos recursos será realizada por meio do RAG.

Quanto aos recursos da Portaria MS/GM nº 480/2020, não foram identificadas informações detalhadas sobre a destinação do recurso. Pelas planilhas dos recursos da COVID-19 utilizados para custeio do HRJA observa-se que a totalidade dos recursos desta portaria foi destinada a este estabelecimento para pagamento da competência outubro/2020, porém não consta essa informação no RAG.

Já no quadro demonstrativo, no item 9.7 “quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos do estado para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)” do RAG consta o valor de R\$ 2.790.662,54 (dois milhões, setessentos e noventa mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) como total recebido em 2020. Não consta detalhamento da origem dos recursos que compõem esse total. Quanto aos recursos da Resolução SES/MG nº 7265/2020, única recebida em 2020 para custeio de leitos “novos” de UTI adulto, não consta informações de que este recurso compõe o valor total recebido do Estado. É sabido que não houve execução dele no ano de 2020, conforme extratos bancários da CC 109529-3 e planilhas das resoluções e portarias COVID-19 utilizadas para custeio do HRJA.





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Tabela 01 - recursos repassados do FMS Uberaba para SEU e FUNEPU (HRJA).

TABELA nº 01														
Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de UBERABA a Sociedade Educacional Uberabense (SEU) e a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba (FUNEPU) destinados ao Hospital Regional José Alencar no período de 01/03/2020 a 31/08/2021														
SMS			INSTRUMENTOS JURÍDICOS				PAGAMENTO				HOSPITAL			
Conta bancária do FMS (ag./ conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)		Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Termo Aditivo (nº)	Empenho (nº)	Instituição Beneficiária	Data pgto.	Referencia competência a do PGTO	Valor repassado (R\$)	Conta da instituição (ag./ conta)	Nº da Nota Fiscal	Vigência / Termo de Compromiss o	Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)
BB-109529-3	FES		7265	774	...	1774/2021	FUNEPU	13/04/2021	jan/21	540.320,55	405801-1	59		por competência...
		1774/2021				FUNEPU	13/04/2021	fev/21	150.879,45	405801-1	80	16/05/2022	por competência...	
		1787/2021				SEU	13/04/2021	jan/21	673.878,32	6267-7	274		por competência...	
BB-109529-3	FES		7395	3896	...	1787/2021	SEU	13/04/2021	fev/21	794.921,68	6267-7	157		por competência...
		3769/2201				FUNEPU	01/04/2021	fev/21	207.836,76	405801-1	80	31/03/2022	por competência...	
		3767/2021				SEU	01/04/2021	fev/21	512.163,24	6267-7	274		por competência...	
BB-109559-5	FES		7295	1666	...	4436/2021	FUNEPU	27/04/2021	mar/21	290.745,78	405801-1	98		por competência...
		4436/2021				FUNEPU	24/05/2021	abr/21	66.854,32	405801-1	108	14/12/2022	por competência...	
		4443/2021				SEU	28/04/2021	mar/21	748.334,48	6267-7	544		por competência...	
BB-109559-5	FES		7384	1666	...	4443/2021	SEU	24/05/2021	abr/21	142.065,42	6267-7	739		por competência...
		4437/2021				FUNEPU	27/04/2021	mar/21	400.441,47	405801-1	98		por competência...	
		4437/2021				FUNEPU	24/05/2021	abr/21	75.718,53	405801-1	108	14/12/2022	por competência...	
BB-109559-5	FES		7396	3896	...	4444/2021	SEU	04/05/2021	mar/21	850.938,13	6267-7	554		por competência...
		4444/2021				SEU	24/05/2021	abr/21	160.901,87	6267-7	739		por competência...	
		3770/2021				FUNEPU	01/04/2021	fev/21	284.005,89	405801-1	80	23/12/2022	por competência...	
BB-109559-5	FES		7396	3896	...	3770/2021	FUNEPU	27/04/2021	mar/21	181.801,76	405801-1	98		por competência...
		3768/2021				SEU	01/04/2021	fev/21	699.863,60	6267-7	274		por competência...	
		3768/2021				SEU	28/04/2021	mar/21	386.328,75	6267-7	554		por competência...	
BB-109955-8	FES		7446	3896	...	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	...	19/04/2023	não houve repasses
BB-109955-8	FES		7482	N/A	...	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	...	19/04/2023	não houve repasses
BB-109955-8	FES		7595	N/A	...	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	...	N/A	não houve repasses
BB-0110376-8	FES		7480	N/A	...	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	...	22/04/2023	não houve repasses
BB-0110376-8	FES		7502	N/A	...	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	...	22/04/2023	não houve repasses
BB-0110376-8	FES		7538	N/A	...	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	...	28/06/2021	não houve repasses



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Tabela 01 - recursos repassados do FMS Uberaba para SEU e FUNEPU (HRJA).

SMS		INSTRUMENTOS JURÍDICOS				PAGAMENTO				HOSPITAL			
Conta bancária do FMS (ag./ conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Termo Aditivo (nº)	Empenho (nº)	Instituição Beneficiária	Data pgto.	Referência competência a do PGT0	Valor repassado (R\$)	Conta da instituição (ag./ conta)	Nº da Nota Fiscal	Vigência / Termo de Compromiss o	Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)
BB-0110376-8	FES	7603	N/A	...	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	...	28/07/2021	não houve repasses
BB-0110376-8	FES	7643	N/A	...	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	...	N/A	não houve repasses
BB-0110699-6	FES	7564	N/A	...	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	...	01/01/2023	não houve repasses
BB-0110316-4	FES	7461	N/A	XIII	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	...	19/10/2021	não houve repasses
CEF 624093-3	FNS	N/A	480	...	12208/2020	FUNEPU	19/11/2020	out/20	305.475,98	405801-1	335	...	por competência...
		N/A		...	12210/2020	SEU	19/11/2020	out/20	649.136,47	6267-7	2185	...	por competência...
CEF 624093-3	FNS	N/A	774	VI	7466/2020	FUNEPU	28/07/2020	jun/20	400.000,00	405801-1	N/A	N/A	N/A
		N/A		...	1810/2020	FUNEPU	26/10/2020	set/20	306.803,13	405801-1	288	...	por competência...
		N/A		...	1810/2020	FUNEPU	19/11/2020	out/20	556.172,32	405801-1	335	...	por competência...
		N/A		...	1810/2020	FUNEPU	18/12/2020	nov/20	808.252,72	405801-1	374	...	por competência...
		N/A		...	14277/2020	FUNEPU	03/02/2021	dez/20	193.852,63	405801-1	14	...	por competência...
		N/A		...	3323/2021	FUNEPU	25/02/2021	jan/21	131.974,82	405801-1	59	...	por competência...
		N/A		...	1771/2021	FUNEPU	20/05/2021	abr/21	808.906,16	405801-1	108	...	por competência...
CEF 624093-3	FNS	N/A	1666	...	1771/2021	FUNEPU	21/06/2021	mai/21	760.969,61	405801-1	134	...	por competência...
		N/A		...	10771/2020	SEU	26/10/2020	set/20	684.055,40	6267-7	1942	...	por competência...
		N/A		...	10771/2020	SEU	19/11/2020	out/20	1.181.866,18	6267-7	2185	...	por competência...
		N/A		...	10771/2020	SEU	18/12/2020	nov/20	1.884.398,23	6267-7	2352	...	por competência...
		N/A		...	14279/2020	SEU	03/02/2021	dez/20	578.798,32	6267-7	2	...	por competência...
		N/A		...	1828/2021	SEU	25/02/2021	jan/21	1.179.257,26	6267-7	157	...	por competência...
		N/A		...	1828/2021	SEU	20/05/2021	abr/21	1.813.063,81	6267-7	739	...	por competência...
		N/A		...	1828/2021	SEU	21/06/2021	mai/21	1.617.060,42	6267-7	917	...	por competência...
CEF 624093-3	FNS	N/A	2624	XIII	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	não houve repasses
		N/A	N/A	IX	1119/2021	FUNEPU	26/02/2021	jan-21	162.316,80	405801-1	59	...	por competência...
		N/A	N/A	IX	1119/2021	FUNEPU	26/03/2021	fev-21	160.000,00	405801-1	80	...	por competência...
		N/A	N/A	IX	1119/2021	FUNEPU	23/04/2021	mar-21	160.000,00	405801-1	98	...	por competência...
		N/A	N/A	IX	1119/2021	FUNEPU	20/05/2021	abr-21	160.000,00	405801-1	108	...	por competência...
		N/A	N/A	IX	1119/2021	FUNEPU	22/06/2021	mai-21	160.000,00	405801-1	134	...	por competência...



Tabela 01 - recursos repassados do FMS Uberaba para SEU e FUNEPU (HRJA).

SMS		INSTRUMENTOS JURÍDICOS				PAGAMENTO				HOSPITAL			
Conta bancária do FMS (ag./ conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Termo Aditivo (nº)	Empenho (nº)	Instituição Beneficiária	Data pgto.	Referência competência a do PCTO	Valor repassado (R\$)	Conta da instituição (ag./ conta)	Nº da Nota Fiscal	Vigência / Termo de Compromiss o	Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)
CEF 329-8	FMS	N/A	N/A	IX	1119/2021	FUNEPU	21/07/2021	jun-21	157.139,30	405801-1	144	...	por competência...
		N/A	N/A	IX	1781/2021	SEU	26/03/2021	fev-21	340.000,00	6267-7	274	...	por competência...
		N/A	N/A	IX	1781/2021	SEU	29/04/2021	mar-21	340.000,00	6267-7	554	...	por competência...
		N/A	N/A	IX	1781/2021	SEU	20/05/2021	abr-21	340.000,00	6267-7	739	...	por competência...
		N/A	N/A	IX	1781/2021	SEU	22/06/2021	mai-21	340.000,00	6267-7	917	...	por competência...
		N/A	N/A	IX	1781/2021	SEU	21/07/2021	jun-21	342.860,70	6267-7	1044	...	por competência...
TOTAL REPASSADO:									23.690.360,26				



Tabela 02 - Plano de contingência

Tabela 02
Histórico do Plano de Contingência para enfrentamento ao COVID-19 do Hospital Regional José Alencar

	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3168 de 04 de junho de 2020	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3205 de 14 de agosto de 2020	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3229 de 06 de outubro de 2020	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3264 de 20 de novembro de 2020	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3268 de 27 de novembro de 2020	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3286 de 11 de dezembro de 2020	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3292 de 23 de dezembro de 2020	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3301 de 30 de dezembro de 2020
Leitos clínicos Adulto disponíveis COVID-19	56	70	70	70	70	70	55	55
Leitos clínicos Pediátrico disponíveis COVID-19	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DE LEITOS CLÍNICOS COVID-19	56	70	70	70	70	70	55	55
Leitos de Suporte Ventilatório disponíveis COVID-19	0	0	0	0	0	15	15	15
TOTAL DE LEITOS SUPORTE VENTILATORIO COVID-19	0	0	0	0	0	15	15	15
Leitos UTI Adulto disponíveis COVID-19 existentes (Cód. 75)	20	60	10	10	10	10	10	10
Leitos UTI Adulto disponíveis COVID-19 novos (Cód. 51 e/ou 101)	0	0	50	30	30	30	30	30
TOTAL DE UTI ADULTO COVID-19	20	60	60	40	40	40	40	40
Leitos UTI Pediátrico disponíveis COVID-19 existentes	0	0	0	0	0	0	0	0
Leitos UTI Pediátrico disponíveis COVID-19 novos	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DE UTI PEDIATRICO COVID- 19	0	0	0	0	0	0	0	0



Tabela 02 - Plano de contingência

Tabela 02
Histórico do Plano de Contingência para enfrentamento ao COVID-19 do Hospital Regional José Alencar

	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3307 de 08 de janeiro de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3310 de 25 de janeiro de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3313 de 29 de janeiro de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3317 de 05 de fevereiro de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3320 de 12 de fevereiro de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3336 de 19 de fevereiro de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3338 de 26 de fevereiro de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3345 de 05 de março de 2021
Leitos clínicos Adulto disponíveis COVID-19	55	55	55	55	55	55	55	70
Leitos clínicos Pediátrico disponíveis COVID-19	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DE LEITOS CLÍNICOS COVID-19	55	55	55	55	55	55	55	70
Leitos de Suporte Ventilatório disponíveis COVID-19	15	15	15	15	15	15	15	15
TOTAL DE LEITOS SUPORTE VENTILATORIO COVID-19	15	15	15	15	15	15	15	15
Leitos UTI Adulto disponíveis COVID-19 existentes (Cód. 75)	10	10	10	10	10	10	10	10
Leitos UTI Adulto disponíveis COVID-19 novos (Cód. 51 e/ou 101)	30	30	40	40	40	40	40	40
TOTAL DE UTI ADULTO COVID-19	40	40	50	50	50	50	50	50
Leitos UTI Pediátrico disponíveis COVID-19 existentes	0	0	0	0	0	0	0	0
Leitos UTI Pediátrico disponíveis COVID-19 novos	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DE UTI PEDIÁTRICO COVID- 19	0	0	0	0	0	0	0	0



Tabela 02 - Plano de contingência

Tabela 02
Histórico do Plano de Contingência para enfrentamento ao COVID-19 do Hospital Regional José Alencar

	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3348 de 15 de março de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3361 de 19 de março de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3363 de 26 de março de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3366 de 30 de março de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3371 de 09 de abril de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3377 de 16 de abril de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3393 de 23 de abril de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3396 de 30 de abril de 2021
Leitos clínicos Adulto disponíveis COVID-19	103	103	103	103	103	103	103	103
Leitos clínicos Pediátrico disponíveis COVID-19	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DE LEITOS CLÍNICOS COVID-19	103	103	103	103	103	103	103	103
Leitos de Suporte Ventilatório disponíveis COVID-19	15	15	15	15	15	15	15	15
TOTAL DE LEITOS SUPORTE VENTILATORIO COVID-19	15	15	15	15	15	15	15	15
Leitos UTI Adulto disponíveis COVID-19 existentes (Cód. 75)	10	10	10	10	10	10	10	10
Leitos UTI Adulto disponíveis COVID-19 novos (Cód. 51 e/ou 101)	40	40	40	40	40	40	40	40
TOTAL DE UTI ADULTO COVID-19	50	50	50	50	50	50	50	50
Leitos UTI Pediátrico disponíveis COVID-19 existentes	0	0	0	0	0	0	0	0
Leitos UTI Pediátrico disponíveis COVID-19 novos	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DE UTI PEDIATRICO COVID- 19	0	0	0	0	0	0	0	0



Tabela 02 - Plano de contingência

Tabela 02
Histórico do Plano de Contingência para enfrentamento ao COVID-19 do Hospital Regional José Alencar

	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3403 de 07 de maio de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3405 de 14 de maio de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3425 de 21 de maio de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3430 de 28 de maio de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3435 de 11 de junho de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3453 de 18 de junho de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3457 de 25 de junho de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3460 de 02 de julho de 2021
Leitos clínicos Adulto disponíveis COVID-19	103	103	103	88	88	88	88	88
Leitos clínicos Pediátrico disponíveis COVID-19	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DE LEITOS CLÍNICOS COVID-19	103	103	103	88	88	88	88	88
Leitos de Suporte Ventilatório disponíveis COVID-19	15	15	15	15	15	15	15	15
TOTAL DE LEITOS SUPORTE VENTILATORIO COVID-19	15	15	15	15	15	15	15	15
Leitos UTI Adulto disponíveis COVID-19 existentes (Cód. 75)	10	10	10	10	10	10	10	10
Leitos UTI Adulto disponíveis COVID-19 novos (Cód. 51 e/ou 101)	40	40	40	40	40	40	40	40
TOTAL DE UTI ADULTO COVID-19	50	50	50	50	50	50	50	50
Leitos UTI Pediátrico disponíveis COVID-19 existentes	0	0	0	0	0	0	0	0
Leitos UTI Pediátrico disponíveis COVID-19 novos	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DE UTI PEDIATRICO COVID- 19	0	0	0	0	0	0	0	0



Tabela 02 - Plano de contingência

Tabela 02
Histórico do Plano de Contingência para enfrentamento ao COVID-19 do Hospital Regional José Alencar

	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3461 de 09 de julho de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3487 de 03 de agosto de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3494 de 13 de agosto de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3503 de 27 de agosto de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3509 de 10 de setembro de 2021	Deliberação CIB -SUS/MG nº 3548 de 24 de setembro de 2021
Leitos clínicos Adulto disponíveis COVID-19	73	55	55	55	55	55
Leitos clínicos Pediátrico disponíveis COVID-19	0	0	0	0	0	0
TOTAL DE LEITOS CLÍNICOS COVID-19	73	55	55	55	55	55
Leitos de Suporte Ventilatório disponíveis COVID-19	15	15	15	15	15	15
TOTAL DE LEITOS SUPORTE VENTILATORIO COVID-19	15	15	15	15	15	15
Leitos UTI Adulto disponíveis COVID-19 existentes (Cód. 75)	10	10	10	2	2	2
Leitos UTI Adulto disponíveis COVID-19 novos (Cód. 51 e/ou 101)	40	40	40	40	40	40
TOTAL DE UTI ADULTO COVID-19	50	50	50	42	42	42
Leitos UTI Pediátrico disponíveis COVID-19 existentes	0	0	0	0	0	0
Leitos UTI Pediátrico disponíveis COVID-19 novos	0	0	0	0	0	0
TOTAL DE UTI PEDIÁTRICO COVID- 19	0	0	0	0	0	0

Fonte: Plano de Contingência da Grade Hospitalar para o enfrentamento da pandemia de COVID-19, Deliberação CIB-SUS nº 3168 de 04/06/2020 e atualizações.